

Inquérito de Vitimação por Stalking

Relatório de Investigação

Marlene Matos (Coord.)

Helena Grangeia

Célia Ferreira

Vanessa Azevedo



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Grupo de Investigação sobre Stalking em Portugal

2011

Inquérito de Vitimação por Stalking

Relatório de Investigação

Marlene Matos (Coordenadora)

(Universidade do Minho)

Helena Grangeia

(Universidade do Minho)

Célia Ferreira

(Universidade do Minho)

Vanessa Azevedo

(Universidade do Minho)

Site

<http://www.stalking-gisp.com/>

Contacto

projecto.stalking@psi.uminho.pt

Nenhuma parte deste relatório pode ser reproduzida por qualquer meio,
sem prévia autorização por escrito das autoras.

Ficha técnica

Título	Inquérito de Vitimação por <i>Stalking</i> Relatório de Investigação
Autoria	Marlene Matos, Helena Grangeia, Célia Ferreira e VanessAzevedo
Editor	Grupo de Investigação sobre <i>Stalking</i> em Portugal
Design gráfico	CRUdesign
Logótipo GISP	Luís Abreu
Impressão	Copissaurio Repro Lda., Universidade do Minho
Tiragem	20?
Ano	2011
Pedidos	Centro de Investigação em Psicologia Campus de Gualtar 4700-320 Braga

NOTA:

O presente relatório, elaborado pelo Grupo de Investigação sobre *Stalking* em Portugal (GISP), é parte integrante do projeto “*Stalking* em Portugal: Prevalência, Impacto e Intervenção” (PIHM/VG/0090/2008) financiado pelo Governo Português através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), pelos fundos do Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE) e do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) da União Europeia no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

PREFÁCIO

Lorraine Sheridan

Chartered Forensic Psychologist

Heriot Watt University

Edimburgo, Escócia

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	8
INTRODUÇÃO	9
1.ENQUADRAMENTO DO ESTUDO	11
Violência de género: Estudos em Portugal	11
Vitimação por <i>stalking</i> : Desenvolvimentos recentes.....	16
2.INQUÉRITO DE VITIMAÇÃO POR STALKING.....	19
Objetivos	19
Método.....	21
Amostra	21
Inventário de vitimação por <i>stalking</i>	24
Recolha de dados e adesão	26
Análise de dados	28
Resultados	29
Prevalência e perfis	29
Dinâmicas e cenários.....	35
Impacto na vítima.....	44
Respostas à vitimação	50
Fatores de risco	55
Discussão	57
3.CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	63
ANEXO: IVS.....	66

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E IMAGENS

TABELAS

Tabela 1. Distribuição da amostra por NUT III	21
Tabela 2. Caracterização da amostra	22
Tabela 3. Variáveis analisadas no IVS.....	24
Tabela 4. Taxa de participação (%) por NUT III	26
Tabela 5. Comparação entre não-participantes em função do sexo e da idade.....	27
Tabela 6. Prevalência da vitimação por <i>stalking</i>	28

Tabela 7. Prevalência da vitimação por <i>stalking</i> em função do grupo etário	29
Tabela 8. Prevalência da vitimação por <i>stalking</i> em função da NUT III e II	30
Tabela 9. Prevalência da vitimação por <i>stalking</i> em função de diferentes critérios.....	32
Tabela 10. Sexo do/a <i>stalker</i> em função do sexo da vítima	35
Tabela 11. Cenários de ocorrência do <i>stalking</i>	35
Tabela 12. Comportamentos de vitimação por <i>stalking</i>	38
Tabela 13. Comportamentos de vitimação em função do sexo do/a <i>stalker</i>	38
Tabela 14. Frequência dos comportamentos de <i>stalking</i>	41
Tabela 15. Impacto da vitimação por <i>stalking</i> nas diferentes áreas de vida	46
Tabela 16. Associações entre os comportamentos de <i>stalking</i> e o grau de medo	49
Tabela 17. Diferenças no grau de medo em função o sexo do/a <i>stalker</i>	50
Tabela 18. Fontes de apoio ativadas pelas vítimas	53
Tabela 19. Avaliação da utilidade das fontes de apoio	55

GRÁFICOS

Gráfico 1. Definição de <i>stalking</i> : número de critérios preenchidos na amostra total	32
Gráfico 2. Definição de <i>stalking</i> : número de critérios preenchidos na amostra feminina	33
Gráfico 3. Definição de <i>stalking</i> : número de critérios preenchidos na amostra masculina	33
Gráfico 4. Relação entre a vítima e o/a <i>stalker</i> na amostra feminina	36
Gráfico 5. Relação entre a vítima e o/a <i>stalker</i> na amostra masculina.....	36
Gráfico 6. Duração do <i>stalking</i>	44
Gráfico 7. Grau de medo em função do sexo da vítima.....	48
Gráfico 8. Relato de impacto e/ou de medo pelas vítimas.....	51

IMAGENS

Imagem 1. Distribuição da amostra por NUT II	20
--	----



AGRADECIMENTOS

A concretização deste Inquérito de Vitimação por *Stalking* só foi possível graças ao apoio, colaboração e envolvimento de diversas entidades e pessoas singulares.

Em primeiro lugar, agradecemos o apoio financeiro concedido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, que viabilizaram a concretização do projeto “*Stalking* em Portugal: Prevalência, Impacto e Intervenção” (PIHM/VG/0090/2008).

Agradecemos ainda toda a disponibilidade, o apoio a diferentes níveis e as excelentes condições de estímulo à investigação proporcionadas pelo Centro de Investigação em Psicologia e pela Escola de Psicologia da Universidade do Minho, que tornaram mais fácil a implementação deste projeto.

Reconhecemos ainda o esforço e o trabalho das pessoas que colaboraram na recolha de dados, a saber: Ana Faria, Ana Sara Ferreira, Ângela Fernandes, Catarina Costa, Daniel Lameiras, Eloísa Mendes, Emanuela Braga, Filipa Costa, Gabriela Martinho, Heitor Lopes, João Pedro Matos, Maria Duarte, Natalia Jidovanu, Pedro Carneiro, Raquel Beleza, Sofia Fernandes, Sónia Freitas, Tânia Carvalho e Vanessa Teixeira.

Para finalizar, agradecemos publicamente a todos os participantes envolvidos neste Inquérito e cuja colaboração permitiu conhecer a vitimação por *stalking* na população portuguesa. Um agradecimento especial às vítimas de *stalking*, que se dispuseram a partilhar as suas experiências.

Em especial, agradecemos à Professora Doutora Carla Machado o seu estímulo ímpar para o estudo da violência interpessoal no nosso país.



INTRODUÇÃO

O *stalking* representa um padrão de comportamentos de assédio persistente, que envolve formas diversas de comunicação, contacto, vigilância e monitorização de uma pessoa-alvo por parte de outra – o/a *stalker* (Grangeia & Matos, 2010). Este tipo de comunicação e contacto indesejado pode ser potenciador de um impacto negativo e, muitas vezes, severo para as vítimas.

Só nas últimas duas décadas do séc. XX é que o *stalking* foi reconhecido enquanto problema social, na sequência da apropriação do termo pelos *media* norte-americanos para designar um padrão de conduta que precedia crimes violentos, por vezes fatais, contra as celebridades (Grangeia & Matos, 2011). Paralelamente, a atenção dedicada pelos movimentos sociais, e consequentes mudanças legislativas implementadas nalguns países, conferiram maior notoriedade ao problema. Também a comunidade científica começou progressivamente a debruçar-se sobre esta forma de vitimação. Os estudos sobre o fenómeno, especialmente aqueles que se basearam em amostras na comunidade, proporcionaram não só a identificação das suas principais características, como também o reconhecimento do *stalking* enquanto fenómeno de justiça criminal e de saúde pública. Além disso, o *stalking* tem também sido conceptualizado como uma forma de violência de carácter *genderizado* (Lowney & Best, 1995; Kamir, 2001) e essencialmente relacional (Spitzberg, 2002). Adicionalmente, apesar do risco de se ser vítima de *stalking* em algum momento da vida ser transversal, as mulheres e os jovens parecem constituir-se como grupos especialmente vulneráveis (Tjaden & Thoennes, 1998; Budd & Mattinson, 2000).

Desse modo, nalguns países – principalmente anglo-saxónicos - o *stalking* está instituído nas esferas sociais, legais e científicas. Todavia, em Portugal, a conjuntura é bem diferente: não existe um termo que agregue o conceito de *stalking*, a investigação sobre o tema é ainda escassa, o enquadramento legal não contempla algumas das especificidades desta forma de violência e o reconhecimento social tarda em disseminar-se.

É nesse contexto que surge este estudo pioneiro. Pretende ser o primeiro passo para a promoção de conhecimento científico mais aprofundado sobre o *stalking* no panorama português e, consequentemente, permitir o desenvolvimento de estratégias de intervenção eficazes dirigidas às necessidades das vítimas.

O presente relatório decorre da realização de um estudo de prevalência da vitimação por *stalking* na população portuguesa. Os principais objetivos consistiram em desocultar o fenómeno, caracterizá-lo, perceber o impacto que acarreta para as vítimas e conhecer as fontes de apoio a que estas habitualmente recorrem. Para isso, foram entrevistados 1210 indivíduos, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 16 anos, a residir em Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Os resultados são esclarecedores e preocupantes: na verdade, embora o *stalking* permaneça como “invisível” no atual contexto português, tal não significa que não ocorra. Muito pelo contrário, este estudo captou uma prevalência muito semelhante à registada noutros países onde o fenómeno tem um enquadramento legal específico (cf. resultados obtidos por Spitzberg & Cupach, 2007).



Este relatório é constituído por três capítulos. Inicialmente procede-se a um breve enquadramento conceptual, revisitando os estudos de referência no âmbito da violência de género e apresentando os principais desenvolvimentos no que concerne ao *stalking* no contexto internacional e nacional. Seguidamente, são reportados os objetivos do estudo e clarificam-se os principais aspetos metodológicos envolvidos na concretização do trabalho, nomeadamente no que concerne à amostra, ao instrumento, ao processo de recolha de dados e à análise dos mesmos. Posteriormente, são apresentados os principais resultados organizados em cinco secções, a saber: i) prevalência e perfis; ii) dinâmicas e cenários; iii) impacto na vítima; iv) respostas à vitimação e, por fim, v) fatores de risco. Partindo dos resultados, discutem-se as semelhanças e dissemelhanças com outros estudos internacionais especificamente sobre a vitimação por *stalking* e com estudos nacionais que abordaram a violência de género. Na conclusão tecem-se alguns comentários e reflexões acerca das implicações deste estudo e das suas limitações.

Elaborado com o intuito de conhecer a dimensão e as características da vitimação por *stalking* em Portugal, este documento sintetiza os principais resultados do primeiro estudo sobre o fenómeno, constituindo-se como um recurso importante para o desenvolvimento de diretrizes de intervenção nesse domínio.



1. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

VIOLÊNCIA DE GÉNERO: ESTUDOS EM PORTUGAL

O conceito “violência de género” congrega uma multiplicidade de experiências de violência que partilham configurações identitárias, tais como o facto de assentarem na desigualdade de poder entre o “ser homem” e o “ser mulher” e o de vincarem os estereótipos associados aos papéis de género que tendem a subordinar o feminino ao masculino. Não raras vezes, a violência de género surge enraizada em práticas social e culturalmente construídas ao longo de várias gerações, razão pela qual nem sempre os desenvolvimentos científico-legais são ratificados socialmente, isto é, por vezes ocorrem desfasamentos, em função dos interlocutores, acerca do que se constitui como (in)aceitável.

Atualmente, em Portugal, a violência de género é uma realidade reconhecida, sendo alvo de atenção por parte dos atores legais e científicos e, ainda, pela sociedade civil. Prova disto, são as evoluções marcantes a nível da investigação e da legislação nacional sobre esta matéria, nomeadamente no que toca à violência doméstica, ocorridas a partir da segunda metade dos anos 90.

Para o presente trabalho é importante revisitar alguns dos estudos de referência que marcam a investigação sobre a violência de género em Portugal.

O primeiro inquérito de vitimação por violência de género realizado em Portugal, intitulado “Violência contra as Mulheres”, data de 1997. Este trabalho pioneiro, desenvolvido por Nelson Lourenço, Manuel Lisboa e Elza Pais, decorreu da «inexistência de estudos quantitativos a nível nacional, que permitissem a fundamentação de diagnósticos da situação» (p.7) e propunha-se a disponibilizar uma radiografia global deste fenómeno, que permanecia sem uma quantificação e uma caracterização clara e rigorosa. O estudo, que envolveu uma amostra representativa composta por 1000 das mulheres com idade superior ou igual a 18 anos a residir em Portugal Continental, pretendia esclarecer a prevalência da violência física, psicológica e sexual e da discriminação sociosócio-cultural praticada contra as mulheres, bem como os contextos de ocorrência, as reações das vítimas e a perceção das causas subjacentes a estas práticas, recolhendo os dados através de entrevistas cara-a-cara. Genericamente, os autores verificaram que 52.2% das mulheres inquiridas reportou pelo menos um ato de violência. Especificamente, 22% relatou entre dois a quatro atos violentos, 16% apenas referiu apenas um ato e 14% assinalou cinco ou mais atos. O carácter de violência de género está bem patente nos resultados referentes ao sexo do agressor: em 80% dos casos o autor era um homem. Quanto às trajetórias de violência, 52.7% das vítimas referiu que os episódios ocorreram nos anos anteriores, 27.4% reportou terem acontecido no último ano e 19.9% em ambos os momentos. No que concerne ao tipo de violência, concluiu-se que a mais reportada foi a violência psicológica (62.3%), seguida da sexual (37.4%) e da discriminação sociocultural (19.5%) e, por fim, a violência física (6.8%). O local de ocorrência da vitimação e o autor dependiam do tipo de violência: a violência sexual ocorria sobretudo em espaços públicos, perpetrada por pessoas desconhecidas ou na ausência de uma relação de proximidade; na



violência física e na violência psicológica, o autor era na maioria dos casos o marido ou companheiro ou um familiar que agredia em casa; a discriminação sócio-cultural ocorria sobretudo no local de trabalho. Quando questionadas acerca da sua reação face ao episódio violento, 39.3% das mulheres referiu não ter reagido, 40.6% relatou uma reação passiva e apenas 0.4% assumiu ter procurado apoio jurídico-legal; 11.3% reagiu ainda agressivamente. Segundo os autores, a predominância de reações passivas decorria da desvalorização dos atos vivenciados e, conseqüentemente, da não identificação enquanto vítimas, o que contribuiu para perpetuar a violência de género. Quanto às causas para os atos de violência, 29% das mulheres considerou como principal motivo a dominação masculina e o machismo e 13.3% a má formação por parte do autor. Por fim, as vítimas foram ainda questionadas sobre que medidas deveriam ser adotadas para combater a violência: 15.9% referiu que se deveria apostar na melhoria da formação moral das pessoas. Foram ainda sugeridas estratégias como o desenvolvimento de medidas repressivas - o que incluí as de carácter legislativo (13.9%) e o aumento da segurança (9%).

Atendendo aos resultados, os autores do estudo concluíram que a violência de género era um fenómeno significativo na população portuguesa. Além disso, enfatizaram dois aspetos essenciais: por um lado, «o desfasamento entre as práticas e as representações», na medida em que a violência tendia a ocorrer sobretudo no espaço da casa, embora os atos perçecionados como mais violentos acontecessem principalmente no espaço público. Por outro, registou-se uma tendência para a «ocultação da violência pela sua não perceção ou dificuldade de denúncia» (p. 119).

Já no início do séc. XXI, em Portugal, foi possível observar evoluções significativas no sentido de erradicar a violência de género, tendo sido implementadas estratégias de diversas índoles, como por exemplo medidas legislativas e criminais, apoio à investigação científica sobre a problemática, criação e reforço dos serviços de apoio à vítima e ações de prevenção e sensibilização dirigidas à comunidade.

Nesse contexto de profundas transformações, tornou-se pertinente realizar um novo inquérito de vitimação que permitisse atualizar os dados sobre a violência de género em Portugal. O estudo, intitulado “Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra as Mulheres e Homens” e desenvolvido por Manuel Lisboa, Zélia Barroso, Joana Patrício e Alexandra Leandro (2009), tinha como principal objetivo possibilitar uma análise comparativa com os resultados anteriores, embora tenha introduzido alguns aspetos inovadores, nomeadamente a inclusão de outros atos de violência e a abrangência da população masculina. Neste segundo estudo foram inquiridas 1000 mulheres e 1000 homens a residir em Portugal Continental, com idade igual ou superior a 18 anos, distribuídos conforme a estratificação sugerida pelos Censos de 2001. No que concerne à violência contra as mulheres, verificou-se que 57% relatou pelo menos um ato de violência física, psicológica, sexual ou discriminação sexual. Destas, 12.8% foi vitimada no último ano e 39% nos anos anteriores. Relativamente ao tipo de violência experienciada, 65.7% das vítimas relatou violência psicológica, 52.5% reportou discriminação sociocultural, 25.7% referiu ter sido vítima de violência sexual e 8.8% de violência física. No que concerne ao sexo do perpetrador, 72.7% das vítimas referiu ter sido vitimada por um homem, sendo que este era sobretudo o marido/companheiro ou (ex-)namorado (51.1%) – exceto na violência sexual e discriminação sócio-cultural. A violência física e psicológica ocorria sobretudo no espaço da casa. Quando questionadas acerca da sua reação perante a ocorrência da violência, 37% das vítimas



femininas referiu “não fazer nada”, 14% procurou a polícia e 7% desabafou com elementos da rede de suporte social informal. A este respeito, os autores verificaram que quanto mais grave fosse o ato maior seria a probabilidade de recorrer às forças de segurança. Finalmente, no que concerne às causas da violência, os principais motivos apontados foram o “ciúme”, o “sentimento de posse” e a “mentalidade dos homens em relação às mulheres”, exceto na violência sexual, à qual foram associados a má formação moral e a diferença de valores. No que concerne à violência contra os homens, 49.7% dos inquiridos relatou pelo menos um ato de violência, sendo que em 41.6% dos casos a violência tinha ocorrido nos anos anteriores e apenas em 11.1% no último ano. As vítimas, independentemente do sexo, relataram sobretudo violência psicológica (60.8% nos homens e 65.7% nas mulheres), porém nas restantes formas de violência observaram-se diferenças expressivas. Nos homens, o segundo tipo de violência mais frequente foi a física (41.7% vs. 8.8% nas mulheres), seguido da discriminação social (18.7% vs. 52.5) e da violência sexual (6% vs. 25.7%). Outro aspeto diferenciador da vitimação dos homens foi o sexo do autor, sendo que também nestes casos o sexo masculino surgiu como principal agressor (77.9%), sendo que ao nível da relação entre este e a vítima predominaram os “desconhecidos” (22.8%), os “colegas/amigos” (22.8%) e os “vizinhos” (11.3%). Em relação ao local da ocorrência da violência, nos homens o espaço da casa era pouco expressivo (14.9% vs. 60% nas mulheres) e predominavam os incidentes na rua (30.2%) e no local de trabalho/emprego (15.9%). No que concerne às reações reportadas pelas vítimas masculinas, verificou-se que as mais frequentes eram “reagir violentamente”, “não fazer nada” e “contactar as forças de segurança”. Reportaram ainda recorrer com maior frequência aos tribunais em comparação com as vítimas femininas, evidenciando maior proactividade, exceto quando existia uma relação de proximidade com o agressor. Quando inquiridos sobre as causas da violência, referiram principalmente o “consumo de álcool” e os “mal-entendidos”.

Ora, neste cenário pautado por dissemelhanças nas experiências de violência relatadas por homens e mulheres, os autores concluíram que «o traço mais significativo que diferencia a vitimação dos homens e das mulheres é que se trata de violências de natureza diferente: nas mulheres ocorre sobretudo a violência com uma configuração da desigualdade de género; nos homens, tal não se passa, e trata-se de uma vitimação igual à que se verifica na população em geral; e quando está associada a papéis de género é no sentido de o masculino ser reforçado» (p.117). Outra das conclusões centrais desta investigação prendeu-se com a evolução da prevalência da violência de género contra as mulheres: quando se compararam os valores do estudo de 2007 com os registados no estudo de 1997, os autores verificaram que, no geral, a violência diminuiu ligeiramente (51.4% vs. 52.2%). De qualquer forma, e mais especificamente, a discriminação sociocultural registou um acréscimo bastante significativo (52.5% vs. 19.5%), a violência sexual decresceu de forma significativa (25.7% vs. 37.4%) e a violência física e violência psicológica aumentaram ligeiramente (8.8% vs. 6.8% e 65.7% vs. 62.3%, respetivamente).

Perante estes dados, os autores advogaram que «a violência de género que ocorre no espaço da casa-família não é mais do que a expressão dramatizada das desigualdades económicas, sociais e culturais que hierarquizam o poder das mulheres e dos homens na sociedade e estão subjacentes aos atos praticados. Mesmo que eles já sejam criminalizados, a solução sustentada deste problema social requer uma abordagem mais abrangente, temporal e espacialmente, derrubando as fronteiras de territórios invisíveis, porque ocultados secularmente» (p.118).



Mais recentemente, Manuel Lisboa, Fátima Miguens, Dalila Cerejo e Andreia Favita (2009) realizaram um estudo semelhante na Região Autónoma dos Açores, inquirindo 709 indivíduos, dos quais 358 eram do sexo masculino. Genericamente, os resultados desta investigação assemelharam-se aos observados na população do Continente, tendo os autores afirmado que os mesmos «são um sinal claro da gravidade da situação atual, que requer medidas urgentes e coordenadas» (p. 136).

De forma a conhecer os efeitos desta realidade, Manuel Lisboa, Isabel do Carmo, Luísa Vicente e António Nóvoa (2003) analisaram, a diferentes níveis, os custos decorrentes da violência contra as mulheres, numa amostra constituída por 1500 participantes do sexo feminino, com idade igual ou superior a 18 anos, residentes no Continente. Neste estudo, 30% das participantes foram vítimas de pelo menos um ato de violência nos últimos doze meses ou em anos anteriores. Nos últimos doze meses, as vítimas relataram sobretudo violência física (29.3%), violência social (19.6%), violência psicológica (19.4%) ou coocorrência de vários tipos de violência (23%). As agressões decorreram principalmente em casa (46.1%), em 81.5% dos casos eram perpetradas por um indivíduo do sexo masculino, geralmente o marido ou companheiro (40%). Nestas situações, 57.5% das vítimas não tomou qualquer medida, 10.4% contactou a polícia e 2.1% contactou instituições de apoio à vítima. A taxa de vitimação era dispersa a nível nacional, embora os distritos de Viseu, Porto, Leiria, Lisboa e Coimbra registassem valores ligeiramente superiores. No que concerne às consequências na vida familiar e social, 27.4% das vítimas referiu ter sido submetida à separação forçada de pessoa importante e 35.5% referiu ter tido os filhos doentes nos últimos doze meses. A nível profissional, 15.2% das vítimas reconheceu que a violência teve consequências na vida profissional futura, 23.7% relatou dificuldades em encontrar emprego, 17.2% foi despedida e 6.6% referiu ter dificuldades em ser promovida. No que concerne ao impacto na saúde física e psicológica, 21% das mulheres vítimas assumiu ter recorrido ao hospital devido à violência; destas, 30% não referiu ao médico o motivo subjacente à procura dos serviços de saúde. 28.6% das vítimas ficou internada por mais de 24h e cinco tiveram de ser submetidas a cirurgia. Quanto ao tipo de lesões, predominou o relato de equimoses/hematomas (22.5%), equimoses (15.7%), equimoses/hematomas/feridas (11.2%) e fraturas (6.7%). Outro dado importante prendeu-se com a incapacidade, que foi relatada por 4.6% das vítimas. A procura aos serviços de saúde pareceu depender do tipo de violência, sendo que as vítimas que relataram coocorrência e as que relataram apenas violência física recorreram mais aos serviços hospitalares (36% e 35%, respetivamente); por outro lado, as vítimas de violência psicológica procuraram menos este tipo de apoio (8%). Além disso, 33.3% das mulheres que sofreram vitimação referiram ter recorrido a consulta psiquiátrica ou psicológica motivada por perturbação emocional; em 49% destes casos a violência foi apontada como principal motivo, sobretudo quando coocorriam os vários tipos de violência (43.1%) e a violência psicológica (36%). Em relação à sintomatologia depressiva, as vítimas apresentaram maior probabilidade de estarem sempre ou a maior parte do tempo ansiosas, cansadas e tristes ou em baixo, assim como de nunca se terem sentido felizes. Adicionalmente, verificou-se um risco acrescido de relato de ansiedade/irrequietude, dificuldade em descontrair e tomar decisões, choro fácil, pensamentos ou sonhos assustadores, dificuldade em expressar sentimentos e ao nível da concentração e da memória. 15.5% das vítimas referiu ainda experienciar pensamentos suicidas. Este estudo analisou ainda as repercussões da violência no percurso escolar dos filhos das mulheres vítimas e verificou que estes reprovavam mais e apresentavam maior



absentismo escolar. Em suma, esta investigação demonstrou claramente que ser vítima de violência não parece ser uma experiência inócua, acarretando avultados custos familiares/sociais, profissionais, educativos e económicos, não só a curto e a médio-prazo, mas também nas gerações futuras.

Este conjunto de estudos permitiu quantificar e caracterizar algumas facetas da violência de género em Portugal. Os estudos desenvolvidos proporcionam uma radiografia global de uma realidade efetiva. Apesar disso, como os próprios autores reconhecem, o estado da arte reflete ainda um fenómeno apenas parcialmente visível. Importa conhecer melhor as especificidades da violência interpessoal, nomeadamente daquela que se instala em espaços para além da casa da vítima. Algumas facetas específicas dessa violência não estarão ainda suficientemente identificadas. Por isso, é importante desenvolver estudos que permitam aprofundar e avançar no conhecimento desse fenómeno.

Neste sentido, a investigação sobre a vitimação por *stalking* em Portugal pretende ser mais um contributo para o esforço de desocultar a violência interpessoal e de género e, assim, promover um plano de ação empiricamente fundado e concertado, que englobe medidas interventivas e preventivas capazes de combater e dar resposta às necessidades das vítimas portuguesas.

VITIMAÇÃO POR STALKING: DESENVOLVIMENTOS RECENTES

A definição de stalking não é um assunto consensual, sendo sobejamente reconhecido o debate em torno desta questão (Grangeia & Matos, 2010).

Para o presente estudo, define-se *stalking* como um padrão de comportamentos de assédio persistente, que representa formas diversas de comunicação, contacto, vigilância e monitorização de uma pessoa-alvo por parte de outra – o/a *stalker* (idem). Este tipo de comunicações e contactos indesejados pode ser potenciador de um impacto negativo, e muitas vezes severo, para as vítimas.

Autores como Meloy (1999) defendem que o *stalking* não é um novo comportamento, mas apenas um novo crime em alguns países. Paralelamente às pressões de alguns movimentos sociais, que culminou nas primeiras leis *antisstalking*, também a comunidade científica começou progressivamente a debruçar-se sobre esta forma de vitimação. Os primeiros estudos realizados nesta área, especialmente os estudos de prevalência que decorreram em alguns países anglo – saxónicos (e.g., EUA, Austrália, Alemanha, Inglaterra e País de Gales), permitiram captar as suas principais características, como também reconhecer o *stalking* como um fenómeno de justiça criminal e de saúde pública (Grangeia & Matos, 2011).

Atualmente, no contexto internacional, a vitimação por *stalking* é estudada através do recurso a diferentes metodologias, designs e amostras. Para o presente relatório, constituem-se como particularmente pertinentes os estudos de prevalência da vitimação por *stalking* realizados em amostras da comunidade. Estes estudos são relativamente recentes – o primeiro estudo foi realizado em 1996 na Austrália - e geograficamente localizados, concentrando-se sobretudo nos países anglo-saxónicos



(Grangeia & Matos, 2011). Essas investigações têm evidenciado algumas tendências que tipificam a vitimação por *stalking*: os vários estudos internacionais são convergentes ao apontar o *stalking* como uma forma de violência essencialmente relacional (e.g., Cupach & Spitzberg, 2004), isto é, que acontece frequentemente no âmbito de uma relação de intimidade. Além disso, apesar de qualquer pessoa poder ser vítima desses comportamentos em qualquer período da sua vida, as mulheres e os jovens-adultos são descritos como grupos particularmente vulneráveis (e.g., Budd & Mattinson, 2000). Quanto à prevalência da vitimação por *stalking*, após procederem a uma análise meta-analítica, Spitzberg e Cupach (2007) concluíram que nos estudos na comunidade o valor se situava nos 18%.

Pesem embora os progressos alcançados quer a nível científico, quer a nível legal nalguns países, globalmente o fenómeno não tem sido alvo da mesma atenção, inclusive em países europeus (Grangeia & Matos, 2011). A este respeito importa apresentar as conclusões e recomendações de um estudo realizado pelo *Modena Group on Stalking* (2007), financiado pela Comissão Europeia. Este trabalho, desenvolvido por uma rede de investigadores de diferentes nacionalidades, consistiu no levantamento e na análise comparativa do *status quo* do *stalking* nos 25 países que integravam à data a União Europeia. Os autores concluíram que apenas existia uma designação relativa ao termo “*stalking*” e uma legislação específica *antisstalking* em oito países (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Holanda, Eslovénia, Suécia, Reino Unido; Áustria, Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Holanda, Alemanha, Malta e Reino Unido, respetivamente). Além disso, o *stalking* estava presente no discurso científico de apenas onze países (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Holanda, Eslovénia, Suécia, Reino Unido, Alemanha, Itália e Portugal), sendo que somente seis dispunham de estudos de prevalência (Bélgica, Finlândia, Alemanha, Itália e Holanda). Quanto aos serviços de apoio às vítimas, eram disponibilizados apenas em dez países (Bélgica, Finlândia, Alemanha, Hungria, Irlanda, Luxemburgo, Portugal, Espanha, Suécia e Reino Unido). Perante este cenário, foram tecidas algumas recomendações, tendo sido enfatizada a necessidade de desenvolver estudos capazes de proporcionar fundamento empírico, principalmente sobre a prevalência e a natureza do *stalking*, os quais deveriam preceder a criação ou a alteração das medidas legislativas. A realização dessas investigações assumia-se como particularmente relevante nos países que não dispunham de legislação *antisstalking* e pretendia patrocinar o reconhecimento científico e social do fenómeno. Outra das recomendações prendia-se com aspetos de natureza conceptual, nomeadamente a importância de se atender à complexidade da definição legal do conceito, cuja dificuldade decorre da sua concretização através de um «padrão de comportamentos diversificados e repetidos, que podem não ser necessariamente ilegais» (p. 71), assim como da necessidade de aprofundar a compreensão de conceitos como “privacidade”. Por outro lado, a avaliação do impacto e da eficácia das leis *antisstalking* e das medidas que as integram (e.g., ordens de restrição) foi também fortemente recomendada.

A presente investigação inscreve-se neste contexto internacional, profundamente assimétrico no que concerne ao estatuto legal, científico e social do *stalking*. Há países onde é socialmente reconhecido, cientificamente investigado e criminalmente punido, num profundo contraste face a países em que permanece na invisibilidade, o que não é de forma alguma sinónimo da sua inexistência, como se demonstrará nos resultados deste relatório.



Portugal posiciona-se entre os países em que o *stalking* não é social nem legalmente reconhecido. Aliás, no contexto português não existe um termo específico que corresponda ao conceito, nem tão-pouco qualquer lei específica *antisstalking*. Contrariamente ao que sucedeu noutros países, em Portugal, a atenção científica precedeu as medidas legislativas e as pressões sociais. Na verdade, é a partir do meio académico que emerge o reconhecimento do *stalking* enquanto forma de vitimação (Grangeia & Matos, 2010, 2011).

Antes de proceder a um breve levantamento das contribuições de alguns investigadores portugueses para o conhecimento do *stalking*, importa identificar os riscos associados à ausência do reconhecimento social e legal. O seu desconhecimento não anula, de forma alguma, a possibilidade desta forma de vitimação ocorrer. Em vez disso, reduzem a possibilidade de uma intervenção atempada e eficaz e, por um lado, potenciam a vitimação secundária (Grangeia, Ferreira, Matos & Gonçalves, 2008).

No relatório do *Modena Group on Stalking* (2007) concluiu-se que o fenómeno já integrava o discurso científico em Portugal, talvez pelo facto de nesse mesmo ano ter sido publicado o primeiro artigo intitulado “*Stalking*: Uma outra dimensão da violência conjugal” (Coelho & Gonçalves, 2007), que consistiu numa revisão teórica sobre o tema.

Desde então, a vitimação por *stalking* tem sido alvo de um estudo sistemático e aprofundado pelo Grupo de Investigação sobre *Stalking* em Portugal (GISP), coordenado pela Professora Doutora Marlene Matos. De uma forma genérica, o GISP tem privilegiado duas linhas de investigação no âmbito da vitimação por *stalking* no contexto português. Para além deste estudo na comunidade, tem sido estudada a prevalência, a caracterização, o impacto e as estratégias de *coping* das vítimas de *stalking* em amostras diversificadas, a saber: jovens adultos (Grangeia, a decorrer), vítimas de violência doméstica (Ferreira, a decorrer), comunidade homossexual (Mota, 2010) e profissionais de Psicologia (Costa, 2011). Por outro, têm sido exploradas as percepções face ao fenómeno por parte de diferentes grupos: profissionais de saúde (Lima, 2010), profissionais de apoio à vítima (Rodrigues, 2009; Gomes, 2010) e profissionais da GNR (Abreu, 2009), tendo sido também realizado um estudo comparativo entre vítimas e não vítimas de violência doméstica relativo às percepções sobre o fenómeno (Borges, 2010). Foi ainda concluído o primeiro estudo sobre o *ciberstalking* (Carvalho, 2011), com uma amostra universitária.

Esta síntese dos desenvolvimentos científicos permite-nos afirmar que a investigação sobre o *stalking* no contexto português, apesar de recente e se encontrar numa fase inicial, proporciona já algumas conclusões esclarecedoras e diretrizes importantes para atuações futuras.



2. INQUÉRITO DE VITIMAÇÃO POR STALKING

OBJETIVOS

Atendendo à inexistência de dados sobre a vitimação por *stalking* na população portuguesa, o presente estudo procurou desocultar essa realidade. Contudo, para além dos desafios metodológicos que uma investigação desta natureza acarreta, analisar este fenómeno obrigou a refletir e a ponderar antecipadamente várias questões.

Em primeiro lugar, definir o que se entende por *stalking* era uma tarefa prioritária, apesar de complexa, atendendo à ausência de consenso (Grangeia & Matos, 2010). Neste estudo, privilegiou-se a seguinte definição: o *stalking* envolve um padrão de comportamentos de assédio persistente, perpetrado através de formas diversas de comunicação, contacto, vigilância e monitorização de uma pessoa-alvo por parte de outra – o/a *stalker*. Esse tipo de comunicações e contactos indesejados pode ser potenciador de um impacto negativo, e muitas vezes severo, para as vítimas. De modo a operacionalizar essa definição foram selecionados onze comportamentos (cf. Anexo 1) que a literatura internacional considera como sendo protótipos das experiências de *stalking*.

Outro aspeto a ter em conta prendeu-se com o facto de não existir um vocábulo português que apreenda na íntegra o conceito de *stalking*. De modo a facilitar a compreensão do mesmo, optou-se pela designação de “assédio persistente”.

Posto isto, dado o carácter pioneiro do estudo sobre este tema, este trabalho assumiu um carácter marcadamente exploratório. Optou-se por isso pela elaboração de questões de partida, em detrimento da formulação de hipótese *a priori*. Genericamente, procurou-se explorar os seguintes aspetos:

- captar a prevalência da vitimação por *stalking*;
- caracterizar os perfis, as dinâmicas e os cenários de *stalking*;
- conhecer do impacto do *stalking* nas vítimas;
- determinar níveis e padrões de procura de apoio;
- avaliar a utilidade das fontes e apoio;
- identificar os fatores de risco para a vitimação por *stalking*.

Estes objetivos traduziram-se num conjunto de questões de partida específicas, nomeadamente:



- *Qual é a prevalência de vitimação por stalking na população portuguesa? Qual é a prevalência de vitimação por stalking na população feminina e masculina? Qual é a prevalência de vitimação por stalking nos diferentes grupos etários?*
- *Qual é o sexo do/a stalker?*
- *Que tipo de relação existe entre a vítima e o/a stalker?*
- *De que forma é que o/a stalker manifesta o seu interesse?*
- *Com que frequência ocorrem os comportamentos de stalking?*
- *Qual é habitualmente a duração do stalking?*
- *Quais são as principais áreas afetadas?*
- *Qual é o grau de medo gerado pela vitimação por stalking?*
- *As vítimas de stalking procuraram algum tipo de ajuda para resolver a situação?*
- *Quais são as fontes de apoio ativadas pelas vítimas de stalking?*
- *Qual é a utilidade das fontes de apoio ativadas pelas vítimas?*

Paralelamente a esta análise mais descritiva, pretendeu-se também explorar de que modo é as variáveis investigadas se interligavam entre si. Foi este o ponto de partida que norteou as opções metodológicas e a análise dos dados, seguidamente apresentadas.



MÉTODO

Descrevem-se de seguida os aspetos metodológicos subjacentes a este estudo, nomeadamente no que concerne à amostra, ao instrumento, ao método e processo de recolha de dados e, por fim, ao tratamento e à análise estatística dos mesmos.

AMOSTRA

População em estudo

O objetivo era realizar um estudo na comunidade que fosse representativo da população adulta portuguesa. A população em estudo era constituída por indivíduos, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 16 anos. De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística - Censos 2001, este universo compreendia um total de 8575062 indivíduos.

Definição da amostra

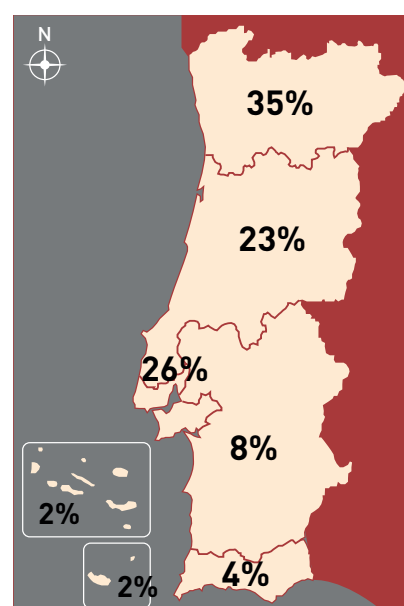
A definição da amostra é uma etapa fulcral quando se planifica uma investigação, na medida em que pretende que esteja representada a população em estudo. Deste modo, depende da qualidade da amostra a (im)possibilidade de generalização dos resultados (Almeida & Freire, 2003).

Segundo os mesmos autores, há dois critérios que devem estar assegurados. Por um lado, a significância (isto é, o número de efetivos da amostra) e, por outro, a representatividade (ou seja, a sua qualidade garantida pelo método de amostragem). Neste sentido, foi calculada a significância da amostra através da fórmula proposta por Krejcie e Morgan (1970).

Desse modo, estabeleceu-se que a dimensão mínima da amostra seria de 384 participantes, valor que posteriormente foi triplicado e arredondado. Por isso, a amostra final foi constituída por 1210 participantes.

A fim de assegurar a representatividade foi solicitada ao Instituto Nacional de Estatísticas a distribuição por sexo e por idade dos indivíduos com idade igual ou superior a 16 anos, com base nas NUT¹ III. Realizou-se assim um processo de amostragem estratificada. Na Tabela 1 podem-se observar os valores da distribuição da amostra por NUT III e na Imagem 1 os valores da mesma por NUT II.

Imagem 1. Distribuição da amostra por NUT II



1 Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos

**Tabela 1.** Distribuição da amostra por NUT III

NUT III	%	NUT III	%	NUT III	%
Minho-Lima	2,48	Baixo Mondego	3,39	Médio Tejo	2,23
Cávado	3,64	Pinhal Litoral	2,40	Grande Lisboa	19,01
Ave	4,79	Pinhal Interior Norte	1,32	Península de Setúbal	7,02
Grande Porto	12,07	Dão-Lafões	2,73	Alentejo Litoral	0,99
Tâmega	4,96	Pinhal Interior Sul	0,41	Alto Alentejo	1,24
Entre Douro e Vouga	2,56	Serra da Estrela	0,50	Alentejo Central	1,74
Douro	2,15	Beira Interior Norte	1,16	Baixo Alentejo	1,32
Alto Trás-os-Montes	2,23	Beira Interior Sul	0,83	Lezíria do Tejo	2,56
Algarve	3,88	Cova da Beira	0,91	R.A. Açores	2,15
Baixo Vouga	3,72	Oeste	3,31	R.A. Madeira	2,31

Seleção da amostra

A partir dos dados fornecidos pelo INE, e tendo como valor de referência a dimensão da amostra (N=1210), foi definida, para cada NUT, o número total de entrevistas a realizar e a distribuição dos indivíduos por sexo (masculino; feminino) e faixa etária (16-18 anos; 19-29 anos; 30-64 anos; mais de 65 anos).

Paralelamente, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, de forma a salvaguardar a validade dos relatos. Assim, seria elegível para participar no estudo qualquer indivíduo com idade igual ou superior a 16 anos, à exceção de sujeitos que não falassem fluentemente português, que aparentassem estar sob o efeito de álcool ou drogas e/ou défice cognitivo/atraso mental.

Partindo dessas condições definidas *a priori*, a seleção dos participantes foi realizada aleatoriamente.

Caracterização sócio-demográfica da amostra

A amostra foi constituída por 1210 participantes, 52.9% do sexo feminino e 47.1% do sexo masculino.

A média de idades dos participantes foi de 44.25 anos (d.p.= 18.20; mín. = 16 anos; máx. = 94 anos).

A maioria dos participantes era casado/a ou vivia em união de facto (52.6%). Cerca de um terço da amostra eram indivíduos “solteiros/as”. As categorias “divorciado/separado” e “viúvo” foram as



menos frequentes, respetivamente 7.3% e 6.7%.

Relativamente à nacionalidade, 96.6% dos participantes eram portugueses. Os restantes indivíduos representaram um total de dezasseis nacionalidades diferentes.

No que concerne às habilitações literárias, observou-se uma grande heterogeneidade. A frequência do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos) correspondeu a 45.5% da amostra e mais de 20% dos participantes tinha formação superior. As categorias menos frequentes foram: “não ter frequentado a escola” (2.4%) e “ter formação pós-graduada: mestrado ou doutoramento” (1.4%). A média dos anos de escolaridade foi de 9.39 (d.p.=4.68).

Quanto ao local de habitação, 75.9% dos participantes referiu viver em zona urbana.

A descrição detalhada da amostra é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2. Caracterização da amostra

Sexo	Feminino	52.9%
	Masculino	47.1%
	Média	44.25
Idade	Desvio-padrão	18.20
	Mínimo	16
	Máximo	94
Estado civil	Solteiro/a	33.4%
	Casado/a	49.2%
	União de facto	3.4%
	Divorciado/a; separado/a	7.3%
	Viúvo/a	6.7%
Nacionalidade	Portugal	96.6%
	Brasil	1.8%
	Países europeus	1%
	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	0.6%
	Outros países	0.3%
	Não frequentou a escola	2.4%
Habilitações literárias	Frequência até ao 1º ciclo	21.4%
	Frequência até ao 2º ciclo	6.1%
	Frequência até ao 3º ciclo	18.0%
	Frequência até ao secundário	27.1%
	Frequência do ensino superior	2.7%
	Curso técnico	1.5%
	Licenciatura ou bacharelato	19.4%
	Formação pós-graduada	0.3%
	Mestrado ou doutoramento	1.1%



Anos de escolaridade	Média	9.39
	Desvio-padrão	4.68
	Mínimo	0
	Máximo	31
Local de habitação	Zona rural	24.1%
	Zona urbana	75.9%

INVENTÁRIO DE VITIMAÇÃO POR STALKING

A seleção do instrumento teve em consideração o *status quo* quer científico, quer social do *stalking* em Portugal. Assim, atendendo à inexistência, em Portugal, de qualquer ferramenta que permitisse captar o fenómeno da vitimação por *stalking*, tornou-se necessário o desenvolvimento de um instrumento que se coadunasse com os objetivos em questão. Por outro lado, a ausência de reconhecimento social exigia um cuidado redobrado na preparação do instrumento, a fim de assegurar que, apesar de o instrumento não referenciar a palavra “*stalking*”, se apreendia o conceito.

Assim, neste contexto científico-social optou-se pela construção do instrumento, em detrimento da adaptação e validação de um questionário internacional.

Construção do instrumento

A elaboração do Inventário de Vitimação por *Stalking* (IVS) desenvolveu-se em várias fases. Num momento inicial, foi realizada uma revisão e análise dos instrumentos existentes no panorama internacional, sendo de particular relevância aqueles que foram utilizados em estudos na comunidade. Considerou-se ainda a definição operacional apresentada pelos vários estudos. Esse foi o ponto de partida para a discussão e identificação das variáveis a incluir, da definição a apresentar e das questões a colocar. Desse processo resultou a versão preliminar do instrumento. De seguida, o IVS foi sujeito ao pré-teste e à reflexão falada junto de uma amostra diversificada (e.g., idade, sexo, habilitações literárias). Por fim, foram integradas as alterações decorrentes da reflexão falada e foi concluído o processo de construção do instrumento.

IVS - Inventário de Vitimação por Stalking

O IVS (Matos, Grangeia, Ferreira & Azevedo, 2008) (cf. Anexo) inquiri sobre a vitimação por *stalking* através de 23 itens, agrupados em cinco secções: Parte I. Dados sócio-demográficos; Parte II. Prevalência; Parte III. Perfis, dinâmicas, cenários; Parte IV. Impacto na vítima; Parte V. Respostas à vitimação.



O instrumento integra uma dupla função: permite, por um lado, detetar a existência de vitimação ao longo da vida e, por outro, caracterizar essa experiência em vários domínios (perfil da vítima e do/a *stalker*, dinâmicas, impacto e procura de apoio). Por esse motivo as áreas da entrevista foram definidas como independentes, mas articuladas. Assim, a parte I e II foi aplicada a todos os participantes, enquanto as restantes apenas foram administradas àqueles que se autodefiniram como vítimas de *stalking* (isto é, aos indivíduos que responderam afirmativamente na questão da vitimação).

O IVS é um instrumento breve, de autorrelato, passível de administração sob o formato de entrevista cara-a-cara. As variáveis que integram as várias secções estão sumariadas na Tabela 3.

Tabela 3. Variáveis analisadas no IVS

Secção	Variáveis
I Dados sócio-demográficos	Idade, sexo, estado civil atual, nacionalidade, anos de escolaridade, profissão, região do país, zona de habitação
II	Prevalência ao longo da vida
Prevalência	
III Perfis, dinâmicas e cenários	Número de <i>stalkers</i> , sexo do <i>stalker</i> , relação vítima- <i>stalker</i> , momento da ocorrência (nas relações íntimas), prevalência atual, comportamentos sofridos, frequência, duração
IV Impacto	Desempenho profissional/académico, saúde física, saúde psicológica, relações com os outros em geral, relações de intimidade, económico/financeiro, estilo de vida/comportamento, medo
V Respostas à vitimação	Procura de ajuda, fontes de apoio e utilidade

RECOLHA DE DADOS E ADESAO

Seleção do método

Foi feita uma análise comparativa das vantagens e desvantagens associadas a cada um dos procedimentos possíveis para a recolha de dados. Especificamente, foram discutidas as seguintes opções de recolha: entrevista cara-a-cara, entrevista direta assistida por computador, entrevista por telefone, questionários enviados por correio, questionários enviados por e-mail e questionários disponibilizados on-line. Os parâmetros ponderados foram os seguintes: taxa de participação, nível de literacia, ques-



tões éticas associadas a temas sensíveis (nos quais se insere a vitimação), rapidez e custos envolvidos.

Após reflexão e discussão sobre os diferentes procedimentos, optou-se pela realização de entrevistas cara-a-cara pois, apesar de ser um método mais dispendioso, proporciona uma maior facilidade e rapidez no acesso à comunidade e parece estar associado a uma maior tolerância no que respeita à duração da entrevista. Além disso, a presença do entrevistador permite minimizar os efeitos da literacia, uniformizar os procedimentos e circunstâncias da recolha e salvaguardar potenciais reações negativas face ao confronto com as questões sensíveis.

Entrevistadores

Os dados foram recolhidos por entrevistadores recrutados a nível nacional. De modo a garantir a uniformização dos procedimentos, os entrevistadores receberam formação presencial ou através de um manual com boas práticas. Deste modo, disseminava-se o conhecimento sobre o projeto, sobre o fenómeno em estudo e sobre os procedimentos a adotar aquando da recolha.

Procedimentos de recolha

Os questionários foram recolhidos em zonas de grande afluência e diversidade de pessoas, sendo abordadas aquelas que circulavam sozinhas e que correspondiam aos critérios de inclusão, previamente apresentados.

Após a apresentação do colaborador, do estudo e das condições de participação, conforme as instruções presentes no IVS, caso o indivíduo se mostrasse interessado em participar proceder-se-ia à administração do questionário.

As partes I e II do IVS foram administradas a todos os participantes e as seguintes apenas foram aplicadas aos indivíduos que responderam afirmativamente na questão da vitimação. No final, e por questões éticas, foi distribuído um folheto informativo.

Adesão

A investigação (e.g., Hill, Roberts, Ewings & Gunnell, 1997) tem alertado para o facto de a não adesão de potenciais participantes poder não ser uma questão fortuita ou aleatória, tendo por vezes repercussões significativas nos resultados, uma vez que os indivíduos podem optar por não participar por motivos diversificados, tais como descrédito, desvalorização da ciência, exigências temporais, entre outros. Esta é uma limitação real e amplamente debatida pelos investigadores (e.g., Galeo & Tracy, 2007), não existindo contudo uma forma de a ultrapassar. Por isso, na tentativa de controlar este fenómeno tem-se optado por monitorizar a não-adesão. Por isso, no presente estudo foi registado cada



incidente de não participação: quando o indivíduo contactado revelava indisponibilidade, sempre que possível foram recolhidos dois indicadores: o sexo e a idade.

Em termos de participação por NUT III (cf. Tabela 4), a taxa oscilou entre os 27.03% (valor registado na Beira Interior Sul) e os 100% (Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela).

Posteriormente, procedeu-se a uma análise comparativa dos participantes com os indivíduos que se recusaram a participar em função destas variáveis (cf. Tabela 5). A variável sexo não estava associada à participação ($\chi^2(1)=2.30$, n.s.). No que concerne à idade, verificou-se que teve influência na participação ($\chi^2(2)=46.22$, $p<.001$), sendo que os indivíduos mais novos (especificamente, entre os 16-18 anos e os 19-29 anos) se mostraram mais recetivos à participação.

Para obter um total de 1210 entrevistas válidas, foi necessário contactar 1792 indivíduos, o que perpez uma taxa de participação² de 67.52%.

Tabela 4. Taxa de participação (%) por NUT III

NUT III	Tax. Part.	NUT III	Tax. Part.	NUT III	Tax. Part.
Beira Interior Sul	27,03	Baixo Alentejo	64	Entre Douro e Vouga	81,58
Cávado	39,64	Alto Alentejo	68,18	Oeste	85,11
R.A. Açores	53,06	Baixo Vouga	70,31	Tâmega	90,91
Alto Trás-os-Montes	55,1	Baixo Mondego	73,21	R.A. Madeira	93,33
Beira Interior Norte	58,33	Cova da Beira	73,33	Algarve	94
Médio Tejo	60	Lezíria do Tejo	75,61	Pinhal Interior Norte	100
Península de Setúbal	60,28	Minho-Lima	76,92	Dão-Lafões	100
Alentejo Central	61,76	Pinhal Litoral	78,38	Pinhal Interior Sul	100
Grande Porto	62,39	Douro	78,79	Serra da Estrela	100
Grande Lisboa	63,89	Ave	79,45	Alentejo Litoral	-

Tabela 5. Comparação entre não-participantes em função do sexo e da idade

		Não-participantes	Participantes
		(N=582)	(N=1210)
Sexo	Feminino	330	640
	Masculino	252	570
Idade ³	16-18 anos	6	59
	19-29 anos	78	241
	30-65 anos	356	61
	+ de 65 anos	135	219

2 Fórmula de cálculo: número de entrevistas completas/número total de contactos

3 Em sete casos de não-participantes, a informação sobre a idade estava indisponível



ANÁLISE DE DADOS

Após a recolha dos questionários, as respostas foram introduzidas numa base de dados, sendo posteriormente analisadas através do programa *Statistical Package for the Social Sciences-versão 18*.



RESULTADOS

Como referido anteriormente, o objetivo da presente investigação consistiu na caracterização da vitimação por *stalking* na população portuguesa. De seguida, serão apresentados os resultados, que foram agrupados em cinco secções, nomeadamente: prevalência e perfis; dinâmicas e cenários; impacto na vítima; respostas à vitimação; e, finalmente, fatores de risco para a vitimação.

PREVALÊNCIA E PERFIS

Qual é a prevalência de vitimação por stalking na população portuguesa?

Do total de participantes inquiridos, 19.5% respondeu afirmativamente à questão “ao longo da sua vida alguma vez foi alvo de assédio persistente, que consiste na experiência de alguém que é *alvo, por parte de outra pessoa, de um interesse e uma atenção continuados, mas indesejados?*” (cf. Tabela 6). Assim, cerca de um em cada cinco indivíduos auto-definiu-se como vítima de *stalking*.

A prevalência atual na amostra total foi de 11%. Nos restantes, a prevalência nos últimos 12 meses foi de 28.8%. Em 71.2% dos casos a vitimação ocorreu há mais de um ano.

Tabela 6. Prevalência da vitimação por stalking

	Total (N=236)	Mulheres (N=160)	Homens (N=76)
Ao longo da vida	19.5%	25%	13.3%
Atualmente	11%	11.3%	10.5%
Nos últimos doze meses	28.8%*	31.7%	23%
Há mais de um ano	71.2%*	68.3%	77%

Nota. * Número de respostas disponíveis: 184

Qual é a prevalência de vitimação por stalking na população feminina e masculina?

Quando se analisou a prevalência em função do sexo, observou-se

Prevalência ao longo da vida: 19.5%

Prevalência atual: 11%

Prevalência nos últimos doze meses: 28.8%

Prevalência há mais de um ano: 71.2%



que as mulheres relatavam com mais frequência serem vítimas de *stalking* do que os homens ($\chi^2(1) = 26.137$, $p < .001$). Mais especificamente, na amostra feminina verificou-se que a prevalência de vitimação era de 25%, enquanto na amostra masculina foi de 13.3% (cf. tabela 1). Estes dados sugerem que uma em cada quatro mulheres e que cerca de um em cada oito homens foi vítima de *stalking* em algum momento da sua vida.

Em relação ao momento da ocorrência do *stalking*, a análise comparativa em função do sexo permitiu constatar que as mulheres relataram com maior frequência as categorias “atualmente” e “nos últimos doze meses” (respetivamente: 11.3% vs. 10.5% e 31.7% vs. 23%), enquanto os homens apresentaram um valor mais elevado na categoria “há mais de um ano” (77% vs. 68.3%).

Qual é a prevalência de vitimação por stalking nos diferentes grupos etários?

Foi no grupo etário dos 16 aos 29 anos que se registou um maior número de vítimas (26.7%), seguido da faixa etária compreendida entre os 30 e os 64 anos (20.3%). A menor prevalência ocorreu nos indivíduos com mais de 65 anos (cf. Tabela 7).

Além disso, verificou-se existir uma associação entre o grupo etário e prevalência de vitimação ($\chi^2(2)=30.05$, $p < .001$), sendo que a prevalência nos jovens (16-29 anos) se destacou face aos restantes grupos em análise.

Tabela 7. Prevalência da vitimação por stalking em função do grupo etário

	16-29 anos	1-64 anos	>65 anos
	(N=80)	(N=138)	(N=18)
Vitimação	26.7%	20.3%	7.8%

Há diferenças geográficas na prevalência de vitimação por stalking?

Analisando a prevalência por NUT III (cf. Tabela 8), verificou-se que, na amostra total, a Serra da Estrela (66.7%), o Alentejo Central (52.4%), o Alentejo Litoral (41.7%) e a Região Autónoma da Madeira (46.4%) apresentaram as prevalências mais elevadas. Uma prevalência menor registou-se no Pí-nhal Interior Sul (0%), seguido do Algarve (4.3%), Beira Interior Norte (7.1%)

As mulheres foram as principais vítimas

Prevalência ao longo da vida nas mulheres: 25%

Prevalência ao longo da vida nos homens: 13.3%

A vitimação ocorreu principalmente nos jovens



e Alto Trás-os-Montes (7.4%).

Tabela 8. Prevalência da vitimação por stalking em função da NUT III e II

NUT III	Total	Mulheres	Homens	NUT II	Total	Mulhe- res	Homens
Minho-Lima	36.7%	50%	21.4%	Norte	22.3%	26%	18.1%
Cávado	20.5%	25%	15%				
Ave	31%	50%	10.7%				
Grande Porto	19.2%	16.7%	22.1%				
Tâmega	18.3%	19.4%	17.2%				
Entre Douro e Vouga	16.1%	31.3%	0%				
Douro	38.5%	28.6%	50%				
Alto Trás-os-Montes	7.4%	7.1%	7.7%	Algarve	4.3%	8.3%	0%
Algarve	4.3%	8.3%	0%				
Baixo Vouga	13.3%	25%	0%				
Baixo Mondego	7.3%	9.1%	5.3%				
Pinhal Litoral	17.2%	33.3%	0%				
Pinhal Interior Norte	12.5%	11.1%	14.3%				
Dão-Lafões	30.3%	35.3%	25%				
Pinhal Interior Sul	0%	0%	0%	Centro	18.8%	24.3%	12.4%
Serra da Estrela	66.7%	66.7%	66.7%				
Beira Interior Norte	7.1%	12.5%	0%				
Beira Interior Sul	10%	16.7%	0%				
Cova da Beira	18.2%	33.3%	0%				
Oeste	27.5%	28.6%	26.3%				
Médio Tejo	25.9%	28.6%	23.1%				
Grande Lisboa	11.7%	21.3%	0.9%	Lisboa	10.8%	18.1%	2.7%
Península de Setúbal	8.2%	9.1%	7.3%				
Alentejo Litoral	41.7%	42.9%	40%	Alentejo	36.8%	41.2%	31.8%
Alto Alentejo	46.7%	50%	42.9%				
Alentejo Central	52.4%	58.3%	44.4%				
Baixo Alentejo	31.3%	50%	12.5%				
Lezíria do Tejo	22.6%	18.8%	26.7%				
R.A. Açores	23.1%	30.8%	15.4%	R.A. Açores	23.1%	30.8%	15.4%
R.A. Madeira	46.4%	60%	30.8%	R.A. Madeira	46.4%	60%	30.8%

Na amostra feminina destacou-se a taxa de vitimação reportada na Serra da Estrela (66.7%), na Região Autónoma da Madeira (60%) e no Alentejo Central (58.3%). Além disso, verificou-se que 50% da amostra do Minho-Lima, Ave, Alto e Baixo Alentejo reportou ter sido vítimas de *stalking*.

Nos homens os valores mais elevados de prevalência ocorreram na Serra da Estrela (66.7%)



e no Douro (50%); nas zonas de Entre Douro e Vouga, Algarve, Baixo Vouga, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira não se registou qualquer ocorrência de vitimação.

Ao nível das NUT II, a Região Autónoma da Madeira registou os valores mais elevados na amostra total (46.4%) e na amostra feminina (60%). A vitimação masculina destacou-se no Alentejo (31.8%) e na Região Autónoma da Madeira (30.8%). Importa ainda referir que o Algarve apresentou a prevalência mais baixa em todos os grupos (amostra total: 4.3%; amostra feminina: 8.3%; amostra masculina: 0%).

O que acontece à taxa de prevalência quando se analisam diferentes critérios de vitimação?

A definição de *stalking* e os critérios subjacentes à mesma não se apresentam consensuais, pelo que é crucial atentar ao seu impacto no que concerne à prevalência. Neste sentido, foram analisados os seguintes critérios:

- *repetição*: relato de pelo menos dois comportamentos;
- *efeito do medo*: relato de “pouco” ou “algum” medo;
- *persistência*: relato de uma duração superior a duas semanas.

De um modo geral, a análise comparativa permitiu concluir que a prevalência de vitimação por *stalking* decresce na consequência da aplicação dos vários critérios. A diminuição mais significativa ocorreu quando se aplicaram os critérios de forma conjunta, nomeadamente de 19.5% para 10.7% na amostra total, de 25% para 14.7% na amostra feminina e de 13.3% para 6.1% na amostra masculina (cf. Tabela 9).

Tabela 9. Prevalência da vitimação por stalking em função de diferentes critérios

	<i>Stalking</i>: Critérios de definição				
	Autodefinição	Repetição	Efeito do medo	Persistência	Todos os anteriores
Total	19.5%	15.5%	13.3%	15.2%	10.7%
Mulheres	25%	19.2%	19.2%	21.8%	14.7%
Homens	13.3%	11.4%	6.7%	12.1%	6.1%

De qualquer modo, uma análise detalhada do número de critérios preenchidos pelos participantes que se autoidentificaram como vítimas permitiu constatar que, na amostra total e na amostra feminina, a maioria dos casos reunia os três critérios (respetivamente 54.7% e 58.8%), embora na amostra masculina este valor fosse ligeiramente inferior (46.1%, como se pode observar nos Gráficos 1, 2 e 3.



Importa referir que dos 236 participantes que se autodefiniram como vítimas, apenas quatro (uma mulher e três homens) não preencheram nenhum dos restantes critérios (amostra total: 1.7%; amostra feminina: 0.6%; amostra masculina: 3.9%).

Considerando apenas os participantes que relataram um (15.3%) ou dois critérios (28.4%), constatou-se que 23.3% preencheu apenas o critério “persistência”, 7.8% apenas o critério “impacto” e 3.9% preencheu somente o critério “repetição”. Além disso, 41.7% relatou os critérios “persistência e repetição”. As categorias “impacto e repetição” e “impacto e persistência” representaram cada uma 11.7% dos casos.

Prevalência de *stalking* em função dos critérios autodefinição, repetição, efeito do medo e persistência: 10.7%

Gráfico 1. Definição de stalking: número de critérios preenchidos na amostra total

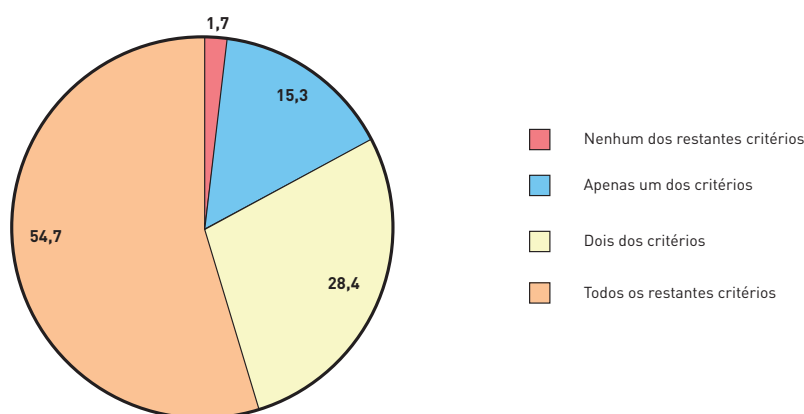


Gráfico 2. Definição de stalking: número de critérios preenchidos na amostra feminina

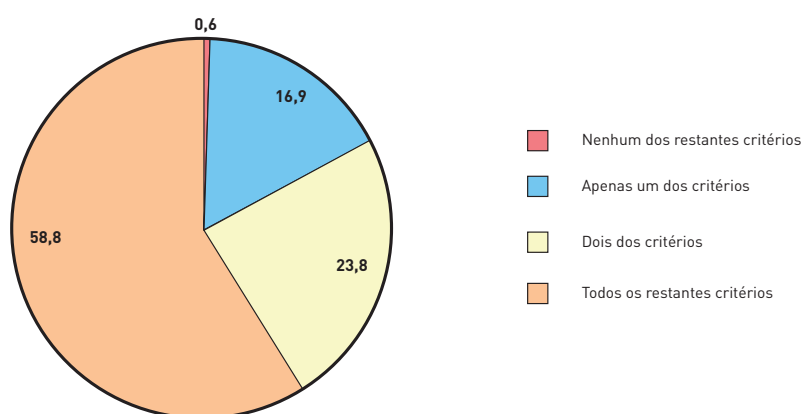
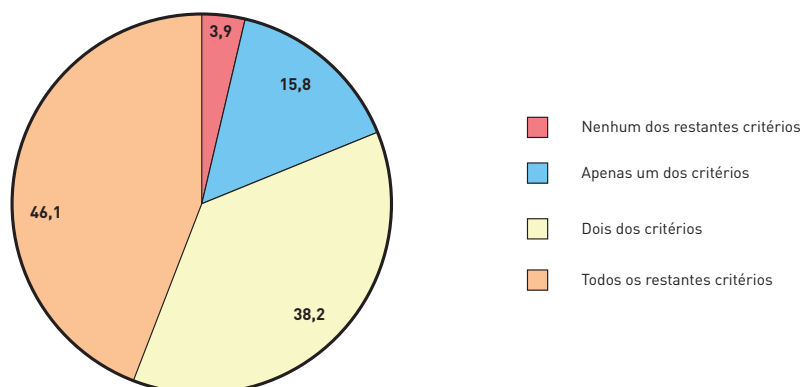




Gráfico 3. Definição de stalking: número de critérios preenchidos na amostra masculina



DINÂMICAS E CENÁRIOS

Nesta secção são apresentados os resultados sobre as dinâmicas e os cenários de vitimação por *stalking*, nomeadamente: o número de *stalkers* ao longo da vida e, de seguida, focando apenas na experiência mais significativa: o sexo do/a *stalker*, a relação entre o/a *stalker* e a vítima, os comportamentos de *stalking*, a frequência e a duração da experiência de vitimação. Além disso, são também analisadas associações pertinentes entre as variáveis. Importa referir que estes resultados representam os participantes que se auto-identificaram como vítimas de *stalking* (N=236).

A experiência de ser vítima de *stalking* é singular ou múltipla?

A maioria (59.7%) dos participantes relatou ter sido alvo de *stalking*, ao longo da vida, por apenas uma pessoa.

A média de *stalkers* na amostra total foi de 3.44 (d.p.=2.54; mín. =1; máx. =20).

Verificou-se ainda que os homens relataram ser vítimas de um número superior de *stalkers* (nomeadamente: \bar{X} = 2.46 vs. \bar{X} = 1.67), sendo que estas diferenças foram significativas ($t(224)=-2.86$, $p<.01$).

Qual é o sexo do/a *stalker*?

Os resultados revelaram que o *stalker* era maioritariamente masculino (68% vs. 28.1%) – cf. Tabela 10.

A maioria das vítimas referiu ter sido alvo apenas de um *stalker*



Considerando a distribuição por sexo da vítima, constatou-se que quando as vítimas são homens o stalker era sobretudo uma mulher; já as mulheres eram sobretudo vitimadas por stalkers masculinos ($\chi^2 (2) = 123.626$, $p < .001$).

Tabela 10. Sexo do/a stalker em função do sexo da vítima

	Total (N=231)	Vítimas do sexo feminino (N=156)	Vítimas do sexo masculino (N=75)
Stalker masculino	68%	91%	20%
Stalker feminino	28.1%	5.8%	74.7%
Não sabe	3.9%	3.2%	5.3%

Que tipo de relação existe entre a vítima e o/a stalker?

De um modo geral, 40.2% dos participantes apresentaram o/a *stalker* como alguém conhecido/colega/familiar/vizinho. Os parceiros/as ou ex-parceiros/as representaram 31.6% dos casos. Apenas 24.8% dos participantes foi alvo de *stalking* por um/a desconhecido.

Considerando apenas os casos em que o/a *stalker* era um/a parceiro/a íntimo/a atual ou anterior, importa referir que em 50.7% dos casos a vitimação ocorreu depois de terminada a relação. Apenas 20.5% ocorreram durante a relação (cf. Tabela 11). De salientar ainda o facto de 6.8% dos participantes terem relatado ser vítimas de *stalking* antes do início da relação.

Tabela 11. Cenários de ocorrência do *stalking*

	Total (N=73)	Mulheres (N=44)	Homens (N=29)
Depois de terminada a relação	50.7%	47.7%	55.2%
Durante a relação	20.5%	22.7%	17.2%
Durante e depois	16.4%	18.2%	13.8%
Antes de iniciar a relação	6.8%	4.5%	10.3%
Antes e durante	2.7%	2.3%	3.4%
Antes, durante e depois	1.4%	2.3%	-
Antes e depois	1.4%	2.3%	-

Predominaram os *stalkers* do sexo masculino

Quando a vítima era mulher, o *stalker* tendia a ser homem e vice-versa

Relações mais frequentes: conhecido/as parceiro/a íntimo (atual ou ex) e desconhecido/a

Quando o *stalking* ocorreu no contexto de uma relação de intimidade, surgiu sobretudo após o término da relação



Que tipo de relação existe entre vítima e stalker em função do sexo da vítima?

Verificou-se existir uma associação entre o sexo da vítima e relação existente entre esta e o/a stalker ($\chi^2(5) = 22.676$, $p < .001$).

Assim, um primeiro aspeto a apontar prende-se com o facto de nas vítimas femininas estarem representadas todas as categorias, o que não acontece nos homens em que não se registou qualquer caso de *stalking* pelo/a parceiro/a atual (cf. Gráficos 4 e 5).

Os homens e as mulheres foram vitimadas sobretudo por conhecidos(as)/colegas/familiares/amigos/vizinhos(as) — respetivamente 51.3% e 34.8%. Em segundo lugar, as mulheres foram alvo de stalkers desconhecidos/as (32.9%), enquanto que os homens foram alvo de ex-parceiros/as (38.2%). Importa ainda referir que 25.3% das mulheres foi vítima de *stalking* por parte de ex-parceiros/as.

Gráfico 4. Relação entre a vítima e o/a stalker na amostra feminina

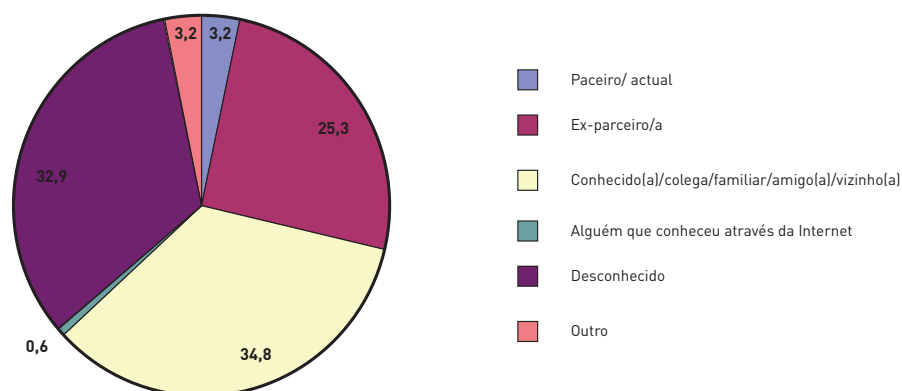
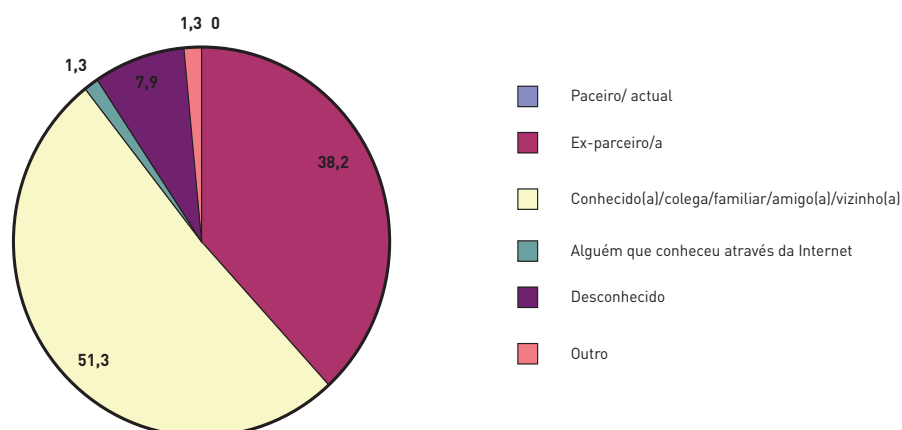


Gráfico 5. Relação entre a vítima e o/a stalker na amostra masculina



Tipo de relações mais frequentes nas vítimas femininas: conhecidos, desconhecidos e ex-parceiros

Tipo de relações mais frequentes nas vítimas masculinas: conhecidos, ex-parceiros e desconhecidos



De que forma é que o/a stalker manifesta o seu interesse?

De um modo geral o/a *stalker* manifestou o seu interesse através de uma vasta panóplia de comportamentos (cf. Tabela 12). Entre estes destacaram-se as seguintes categorias: tentativas de contacto indesejado (79.2%), aparecimento em locais habitualmente frequentados pela vítima (58.5%) e perseguição (44.5%). Por outro lado, ser filmado/a ou fotografado/a sem consentimento foi o comportamento menos relatado (4.2%). A presença de agressão física e/ou sexual foi um resultado particularmente alarmante, ocorrendo em 7.2% dos casos da amostra total, em 8.8% das vítimas femininas e 3.9% dos homens vitimados.

Nas vítimas mulheres verificou-se que os comportamentos mais relatados foram as tentativas de contacto (77.5%), o aparecimento em locais habitualmente frequentados pela vítima (56.3%) e a perseguição (48.1%). A vitimação nos homens ocorreu sobretudo sob a forma de tentativas de contacto (82.9%), do aparecimento em locais habitualmente frequentados pela vítima (63.2%) e de vigilância (40.8%).

Tabela 12. Comportamentos de vitimação por *stalking*

	Amostra total (N=236)	Mulheres (N=160)	Homens (N=76)
Tentar entrar em contacto (e.g., cartas, bilhetes, e-mails ou telefonemas indesejados)	79.2%	77.5%	82.9%
Aparecer em locais habitualmente frequentados pela vítima	58.5%	56.3%	63.2%
Ser perseguido	44.5%	48.1%	36.8%
Vigiar ou pedir a alguém para vigiar	37.3%	35.6%	40.8%
Ameaçar ou ameaçar pessoas próximas	26.3%	26.9%	25%
Outros comportamentos	24.9%	25.8%	22.7%
Agredir física e/ou sexualmente a vítima	7.2%	8.8%	3.9%
Vasculhar, roubar ou apoderar-se de objetos pessoais	18.2%	16.9%	21.1%
Ameaçar fazer mal a si próprio/a	16.9%	16.9%	17.1%
Invadir a propriedade ou forçar a entrada em casa	16.1%	13.8%	21.1%
Agredir ou prejudicar pessoas próximas	13.1%	13.8%	11.8%
Filmar ou tirar fotografias de forma não autorizada	4.2%	1.9%	9.2%

Uma análise comparativa da ocorrência dos comportamentos em função do sexo das vítimas, permitiu concluir que genericamente não existia

Comportamentos de *stalking* mais frequentes:

- tentativas indesejadas de contacto
- aparecimento em locais frequentados pela vítima
- perseguição



uma associação entre estas variáveis. A esta tendência são exceção dois comportamentos: “ser filmado ou tirar fotografias de forma não autorizada” foi uma experiência mais comum entre os homens ($\chi^2(1)=6.833$, $p<.01$) e “ser perseguido” foi um comportamento de vitimação mais frequente entre as mulheres ($\chi^2(1)=3.043$, $p<.10$).

As vítimas foram alvo, em média, de 3.6 comportamentos de *stalking* (d.p.=2.21, mínimo = 1, máximo = 10).

Apesar disso, não se verificaram diferenças entre homens e mulheres ao nível do total de comportamentos reportados ($t(234)=-.46$, n.s.).

Os comportamentos de vitimação variam em função do sexo do/a stalker?

Quando o *stalker* era masculino encetou com maior frequência comportamentos como “agredir física e/ou sexualmente a vítima” (82.4%), “perseguir a vítima” (78.4%), “ameaçar a vítimas e pessoas próximas” (76.7%) e “agredir ou prejudicar terceiros” (76.7%) – cf. Tabela 13. Nos casos em que o *stalker* era do sexo feminino predominavam ações como “filmar ou tirar fotografias sem consentimento” (70%), “vigiar ou pedir a alguém para vigiar” (34.5%) e “ameaçar fazer mal a si próprio/a” (31.7%).

Apesar disto, apenas se verificou uma associação significativa entre o sexo do/a *stalker* e comportamento “filmar ou tirar fotografias de forma não autorizada”, que foi encetado sobretudo por *stalkers* do sexo feminino ($\chi^2(1)=8.39$, $p<.01$), e o comportamento “perseguir a vítima”, que ocorreu sobretudo quando o *stalker* era masculino ($\chi^2(1)=5.03$, $p<.05$).

Tabela 13. Comportamentos de vitimação em função do sexo do/a stalker

	<i>Stalker masculino</i>	<i>Stalker feminino</i>
Ser perseguido	78.4%*	21.6%*
Filmar ou tirar fotografias de forma não autorizada	30%**	70%**
Vasculhar, roubar ou apoderar-se de objetos pessoais	69%	31%
Ameaçar fazer mal a si próprio/a	68.3%	31.7%
Invadir a propriedade ou forçar a entrada em casa	69.4%	30.6%
Tentar entrar em contacto	70.1%	29.9%
Aparecer em locais habitualmente frequentados pela vítima	70.4%	29.6%
Ameaçar ou ameaçar pessoas próximas	76.7%	23.3%
Vigiar ou pedir a alguém para vigiar	65.5%	34.5%
Agredir física e/ou sexualmente a vítima	82.4%	17.6%
Agredir ou prejudicar pessoas próximas	76.7%	23.3%
Outros comportamentos	73.2%	26.8%

* $p<.05$

** $p<.01$



Os comportamentos de stalking variam em função do tipo de relação?

De um modo geral, verificou-se existir uma associação entre a relação da vítima com o/a *stalker* e os comportamentos encetados. Não se verificou a existência de uma associação apenas nos seguintes comportamentos: “tentar entrar em contacto” ($\chi^2(5)=8.43$, $p= n.s.$), “filmar ou tirar fotografias sem autorização” ($\chi^2(5)=7.61$, $p=n.s.$) e “agredir física e/ou sexualmente a vítima” ($\chi^2(5)=7.57$, $p=n.s.$).

Por outro lado, o tipo de relação “parceiro/a íntimo” (atual ou ex) ocorreu mais frequentemente em todas as categorias (ser perseguido: $\chi^2(5)=22.15$, $p<.001$; vasculhar, roubar ou apoderar-se de objetos pessoais: $\chi^2(5)=38.58$, $p<.001$; invadir a propriedade ou forçar a entrada em casa: $\chi^2(5)=22.37$, $p<.001$; aparecer em locais habitualmente frequentados pela vítima: $\chi^2(5)=26.87$, $p<.001$; ameaçar fazer mal a si próprio: $\chi^2(5)=37.27$, $p<.001$; vigiar ou pedir a alguém para vigiar: $\chi^2(5)=37.68$, $p<.001$; ameaçar e/ou ameaçar pessoas próximas: $\chi^2(5)=18.92$, $p<.01$; agredir ou prejudicar pessoas próximas: $\chi^2(5)=10.89$, $p<.05$).

Com o objetivo de aprofundar estes dados, foi explorada a associação entre os comportamentos e o momento da relação íntima em que ocorreram. Nesse sentido, apenas se notou a existência de uma associação significativa no comportamento “aparecer em locais habitualmente frequentados pela vítima” ($\chi^2(6)=16.29$, $p<.01$) e uma associação marginalmente significativa nos seguintes atos: “vasculhar, roubar e apoderar-se de objetos pessoais” ($\chi^2(6)=11.26$, $p<.10$) e de “ameaçar fazer mal a si próprio” ($\chi^2(6)=10.76$, $p<.10$). Nestes casos, os comportamentos ocorreram sobretudo após o término da relação (respetivamente: 55.2%, 44.8% e 63%) ou durante e após o término da relação (respetivamente: 20.7%, 31% e 25.9%).

Com que frequência ocorrem os comportamentos de stalking?

A maioria das vítimas referiu que o *stalking* ocorria diariamente (41.9%) ou semanalmente (41.9%) – cf. Tabela 14.

Mais especificamente, nas vítimas do sexo feminino a categoria mais frequente foi “diariamente”, enquanto nos homens os comportamentos ocorriam sobretudo “semanalmente”.

Tabela 14. Frequência dos comportamentos de stalking

	Total (N=236)	Mulheres (N=160)	Homens (N=76)
Diariamente	41.9%	45%	35.5%
Semanalmente	41.9%	38.1%	50%
Mensalmente	5.9%	6.3%	5.3%
Menos de uma vez por mês	10.2%	10.6%	9.2%



Quando se analisaram os diferentes comportamentos e a respetiva frequência, de um modo geral, verificou-se que não existiam associações entre as variáveis. Contudo, observaram-se algumas exceções, nomeadamente em relação aos seguintes comportamentos: “vigiar ou pedir a alguém para vigiar” ($\chi^2(3)=12.47$, $p<.01$), “aparecer em locais habitualmente frequentados pela vítima” ($\chi^2(3)=14.38$, $p<.01$), “ameaçar e/ou ameaçar pessoas próximas” ($\chi^2(3)=10.30$, $p<.05$), “invadir a propriedade ou forçar a entrada em casa da vítima” ($\chi^2(3)=6.53$, $p<.10$). Tais comportamentos ocorriam na maioria das vezes diariamente. Apenas ser vigiado ocorria sobretudo semanalmente.

A frequência do stalking está associada ao tipo de relação?

Verificou-se existir uma associação significativa entre a relação da vítima com o/a *stalker* e a frequência dos comportamentos sofridos ($\chi^2(15)=28.83$, $p<.05$). Assim, quando a relação era de “ex-parceiro/a” o *stalking* ocorria sobretudo semanalmente e quando o/a *stalker* era “conhecido/a, colega, amigo/a, vizinho/a ou familiar” o *stalking* tendia a ocorrer diariamente. Por outro lado, se a relação era de “desconhecidos/as” a frequência do *stalking* era inferior, ocorrendo sobretudo menos de vez por mês.

O sexo do/a stalker está associado à frequência dos comportamentos?

Não se verificou existir uma associação entre o sexo do/a *stalker* e a frequência dos comportamentos ($\chi^2(6)=4.51$, $p=n.s.$).

Qual é a duração do stalking?

A maioria das vítimas referiu que o *stalking* se prolongou entre duas semanas (21.7%) a seis meses (31.9%) (cf. Gráfico 6). De referir que para 15.3% dos participantes a situação se manteve durante mais de dois anos.

Os testes de diferenças evidenciaram que não existiam diferenças na duração em função do sexo da vítima ($Z=-1.28$, $p=n.s.$).

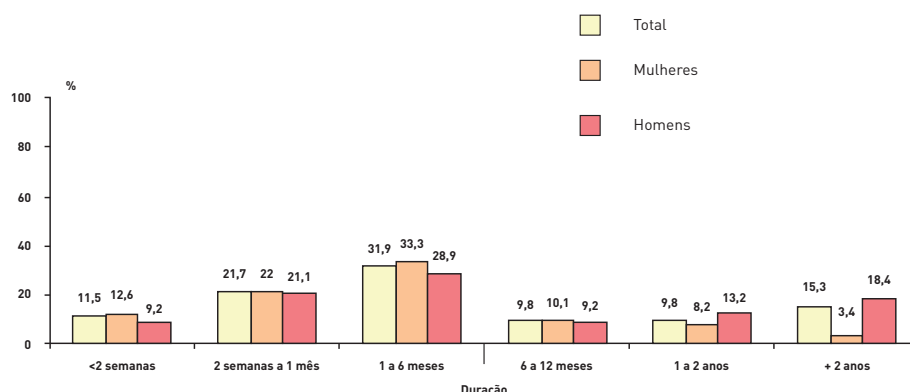
De um modo geral, não se verificou uma associação entre os comportamentos e a frequência do *stalking*

Quando as relações eram “ex-parceiro/a” e “conhecidos/as” o *stalking* ocorreu, respetivamente, sobretudo diário e semanalmente

Quando a relação era “desconhecido/a”, o *stalking* ocorreu sobretudo menos de uma vez por mês



Gráfico 6. Duração do stalking



Que variáveis influenciam a duração das experiências de stalking?

De modo a averiguar a influência de variáveis como a relação entre a vítima e o/a *stalker*, o sexo do/a *stalker* e os comportamentos de *stalking* ao nível da sua duração foram realizados testes de associação ou de diferenças.

Assim, verificaram-se diferenças na duração do *stalking* quando se compararam os seguintes tipos de relações: ex-parceiros/as, conhecidos/as e desconhecidos/as ($H(2)=18.63$, $p<.001$). O teste de Jonckheere revelou uma tendência significativa nos resultados: à medida que a intimidade da relação aumenta, aumenta a duração do *stalking* ($J=7979.00$, $z=-4.01$).

Por outro lado, não se verificaram diferenças ao nível da duração das experiências atendendo ao sexo do/a *stalker* ($Z=-0.77$, $p=n.s.$).

Alguns comportamentos revelaram-se associados a determinados padrões de duração. Assim, quando o *stalking* se prolongou entre 1 a 6 meses ocorreram sobretudo os seguintes comportamentos: “tentar entrar em contacto de formas diversificadas” ($\chi^2(5)=22.11$, $p<.001$), “aparecer em locais habitualmente frequentados pela vítima” ($\chi^2(5)=23.80$, $p<.001$), “vigiar ou pedir a alguém para vigiar” ($\chi^2(5)=28.86$, $p<.001$), “ser perseguido” ($\chi^2(5)=10.92$, $p<.05$), “vasculhar, roubar ou apoderar-se de objetos pessoais” ($\chi^2(5)=12.09$, $p<.05$) e “invadir a propriedade ou forçar a entrada na casa da vítima” ($\chi^2(5)=12.25$, $p<.05$).

As agressões à vítima ($\chi^2(5)=12.08$, $p<.05$) ou a terceiros ($\chi^2(5)=26.18$, $p<.001$) ocorreram principalmente quando a duração da experiência de *stalking* era superior a 2 anos.

A duração do stalking aumentou com o grau de intimidade envolvido na relação

O sexo do stalker não influenciou a duração do stalking

As agressões à vítima ou a terceiros tenderam a ocorrer em situações de stalking que se prolongaram por mais de 2 anos



IMPACTO NA VITIMA

Seguidamente, são apresentados os resultados sobre o impacto do *stalking* nas vítimas, bem como ao grau de medo decorrente dessa experiência.

Quais são as principais áreas afetadas?

Como se pode observar na Tabela 15, na amostra total, a saúde psicológica e os estilos de vida foram as áreas mais frequentemente avaliadas como tendo sofrido “muito” ou “muitíssimo” impacto, sendo que 36.6% e 25.4% dos participantes afirmaram que a vitimação teve “muito” ou “muitíssimo” impacto na saúde psicológica e nos estilos de vida, respetivamente, o que significa que para a maioria das vítimas o impacto dessa experiência foi significativo.

Em contraponto, menos afetadas foram as áreas da economia/finanças e o desempenho profissional/académico. Mais especificamente, entre 80 e 90% dos participantes referiram não ter sofrido “nenhum”, “quase nenhum” ou “pouco” impacto na economia/finanças (89.7%), no desempenho profissional/académico (84.3%), na saúde física (82.9%) e nas relações com os outros (82.1%).

Não obstante, entre 15 a 25% das vítimas relatam ter experienciado “muito” ou “muitíssimo” impacto ao nível das relações de intimidade (23.4%), das relações com os outros (17.9%), da saúde física (17.1%) e do desempenho profissional/académico.

Analisando os resultados em função do sexo das vítimas, constatou-se que ambos os sexos convergiram nas áreas avaliadas como menos afetadas (isto é, “nenhum”, “quase nenhum” e “pouco” impacto), nomeadamente economia/finanças (mulheres: 90.5%; homens: 88%) e desempenho profissional e académico (mulheres: 83.7%; homens: 85.6%) e saúde física, embora esta mais afetada nas mulheres (79.9% vs. 89.3% nos homens).

Tendo em consideração a frequência acumulada das categorias “muito” ou “muitíssimo” impacto, verificou-se que as principais áreas apontadas pelas mulheres como afetadas foram a saúde psicológica (43.4%), os estilos de vida/comportamentos (29.7%) e as relações de intimidade (23.3%). Nas vítimas do sexo masculino as áreas consideradas como tendo sido mais prejudicadas foram as relações de intimidade (23.7%), a saúde psicológica (22.4%) e os estilos de vida/comportamentos (16.4%).

As áreas mais afetadas foram: a saúde psicológica e os estilos de vida

As áreas menos afetadas foram: a economia/finanças e o desempenho profissional/académico

As vítimas femininas apresentaram um impacto superior às masculinas na saúde psicológica, estilos de vida e saúde física



Apesar disso, apenas se verificou existirem diferenças significativas em função do sexo nas seguintes áreas: saúde psicológica ($Z=-3.7$, $p<.001$), estilos de vida/comportamentos ($Z=-2.72$, $p<.01$) e saúde física ($Z=-1.69$, $p<.10$), sendo que as mulheres apresentaram globalmente valores superiores.

Tabela 15. Impacto da vitimação por *stalking* nas diferentes áreas de vida

		Não afetou	Quase nada	Um pouco	Muito	Muitíssimo
Desempenho profissional e académico	T	57%	12.3%	14.9%	8.9%	6.8%
	M	54.1%	10.7%	18.9%	8.8%	7.5%
	H	63.2%	15.8%	6.6%	9.2%	5.3%
Saúde física	T	56.8%	10.7%	15.4%	11.5%	5.6%
	M	54.1%	9.4%	16.4%	13.2%	6.9%
	H	62.7%	13.3%	13.3%	8%	2.7%
Saúde psicológica	T	31.5%	6.4%	25.5%	21.3%	15.3%
	M	24.5%	5.7%	26.4%	25.2%	18.2%
	H	46.1%	7.9%	23.7%	13.2%	9.2%
Relações com os outros	T	51.3%	12%	18.8%	11.5%	6.4%
	M	50.3%	11.3%	18.2%	13.2%	6.9%
	H	53.3%	13.3%	20%	8%	5.3%
Relações de intimidade	T	49.8%	9.8%	17%	14%	9.4%
	M	52.8%	6.3%	17.6%	14.5%	8.8%
	H	43.4%	17.1%	15.8%	13.2%	10.5%
Economia/finanças	T	77.7%	8.6%	3.4%	4.3%	6%
	M	77.2%	8.2%	5.1%	3.8%	5.7%
	H	78.7%	9.3%	-	5.3%	6.7%
Estilos de vida/comportamentos	T	45.2%	10.1%	19.3%	17.1%	8.3%
	M	40.6%	7.1%	22.6%	19.4%	10.3%
	H	54.8%	16.4%	12.3%	12.3%	4.1%
Outros níveis	T	28.6%	7.1%	28.6%	28.6%	7.1%
	M	33.3%	-	22.2%	33.3%	11.1%
	H	20%	20%	40%	20%	-

T: total M: mulheres H: homens

O impacto do stalking é circunscrito ou difuso?

As vítimas apresentaram, em média, um total de 3.31 áreas de impacto (d.p.=2.31, mín.= 0, max.=7). Das 236 vítimas, apenas 12.7% não assinalou qualquer impacto.

Não se verificou existirem diferenças em função do sexo da vítima ao nível do total de áreas de impacto ($t(234)=1.44$, n.s.)



Qual é o grau de medo gerado pelas experiências de stalking?

Genericamente quando questionados acerca do grau de medo decorrente da experiência de vitimação, 43.2% dos participantes admitiu ter ficado um pouco assustado, 31.8% referiu não ter ficado assustado e 25% relatou ter ficado muito assustado.

O grau de medo varia em função do sexo da vítima?

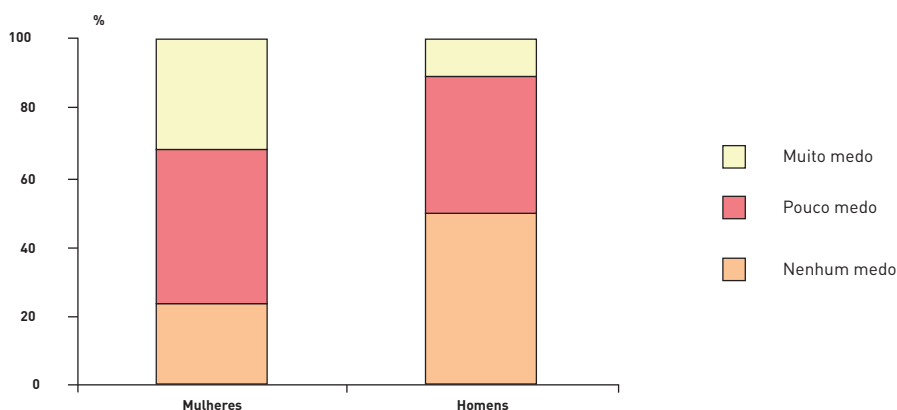
Quando se analisou o grau de medo em função do sexo da vítima (cf. Gráfico 7), foi notória a diferença ao nível da categoria “nenhum medo”, a qual foi referida por 50% dos homens comparativamente a 23.1% das mulheres. Outra discrepância significativa observou-se na categoria “muito medo” (mulheres: 31.9% vs. homens: 10.5%). Em suma, 76.9% das vítimas do sexo feminino e 50% das vítimas do sexo masculino relataram ter sentido “pouco ou muito medo”. Testes de diferenças revelaram existirem diferenças no grau de medo em função do sexo das vítimas ($Z=-4.61$, $p<.001$), sendo que as vítimas mulheres relataram mais medo.

As vítimas relataram, em média, 3.31 áreas de impacto

43.2% das vítimas relataram “pouco medo” e 25% “muito medo”

As vítimas femininas relataram mais medo do que as masculinas

Gráfico 7. Grau de medo em função do sexo da vítima



Há uma associação entre os comportamentos experienciados e o medo?

Alguns comportamentos revelaram estar associados ao sentimento de medo (cf. Tabela 16). As vítimas que experienciaram comportamentos como ser perseguido, ser ameaçado, vasculhar/roubar ou apoderar-se de objetos pessoais, invadir a propriedade ou forçar a entrada em casa, aparecer em locais habitualmente frequentados pela vítima, ameaçar fazer mal a si próprio/a, vigiar ou pedir a alguém para vigiar, ser agredido física e/ou



sexualmente ou agredir terceiros relataram ter sentido medo.

Tabela 16. Associações entre os comportamentos de *stalking* e o grau de medo

	χ^2
Ser perseguido	14.14***
Tentar entrar em contacto (e.g., cartas, bilhetes, e-mails ou telefonemas indesejados)	1.52
Ameaçar ou ameaçar pessoas próximas	16.28***
Filmar ou tirar fotografias de forma não autorizada	.02
Vasculhar, roubar ou apoderar-se de objetos pessoais	4.21*
Invadir a propriedade ou forçar a entrada em casa	7.25**
Aparecer em locais habitualmente frequentados pela vítima	3.78*
Ameaçar fazer mal a si próprio/a	6.26**
Vigiar ou pedir a alguém para vigiar	16.30***
Agredir física e/ou sexualmente a vítima	8.59**
Agredir ou prejudicar pessoas próximas	8.04**
Outros comportamentos	.19

Nota: df=1

p<.10

*p<.05

**p<.01

***p<.001

Há diferenças no medo em função do total de comportamentos experienciados?

Verificou-se que existiam diferenças no medo experienciado em função do total de comportamentos experienciados ($t(234)=-5.5$, $p<.001$), sendo que as vítimas que relataram medo experienciaram um número superior de comportamentos de *stalking*.

O grau de medo varia em função do sexo do/a stalker?

O teste de diferenças revelou que o sexo do/a *stalker* influencia o grau de medo ($Z=-4.72$, $p<.001$), sendo que as vítimas relataram mais medo quando o *stalker* era um homem (cf. Tabela 17).

Tabela 17. Diferenças no grau de medo em função o sexo do/a stalker

	Stalker masculino	Stalker feminino		
	Ordem média	Ordem média	Z	p
	(N=157)	(N=65)		
Grau de medo	123.73	81.97	-4.721	.000

As vítimas que relataram mais comportamentos de *stalking* reportaram mais medo

Vítimas relataram mais medo quando o *stalker* era masculino

Quando o *stalking* era mais frequente as vítimas relataram mais medo



Há diferenças no grau de medo em função da relação entre a vítima e o/a stalker?

Comparando a relação “desconhecidos” com a relação “conhecidos” (o que inclui parceiros/as atuais ou anteriores, assim como conhecidos/as, colegas, amigos/a, vizinhos/a ou familiares) verificou-se que não existiam diferenças no grau de medo experienciado pela vítima ($Z=-0.38$, $p=n.s.$).

A frequência e a duração do stalking influenciam o grau de medo?

O grau de medo foi significativamente afetado pela frequência do *stalking* ($H(3)=8.83$, $p<.05$). O teste de Jonckheere revelou uma tendência significativa nos resultados: à medida que aumentava a frequência do *stalking*, o medo relatado pelas vítimas também aumentava ($J=8830,5$, $z=-2.93$).

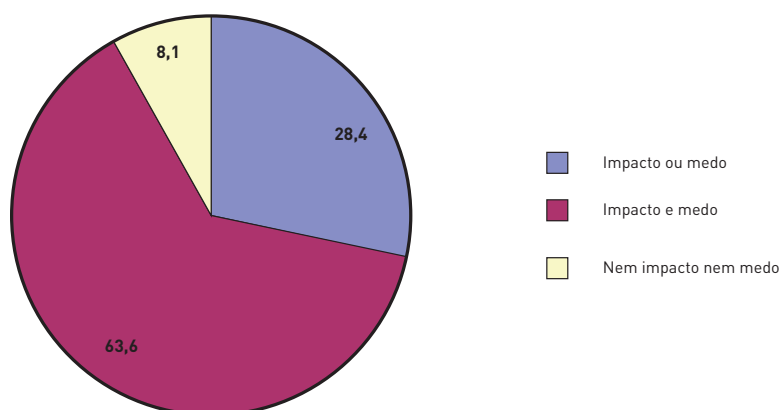
Por outro lado, em relação à duração dos comportamentos, não se observaram diferenças significativas ($H(5)=3.23$, $p=n.s.$)

O que acontece quando se cruza o relato de medo e o impacto nas diferentes áreas de vida?

Para perceber se existia sobreposição entre relatar impacto em pelo menos uma área e o sentimento de medo, procedeu-se ao cruzamento das variáveis.

Assim, na amostra total, 91.2% dos participantes relatou algum impacto, algum medo ou ambos (cf. Gráfico 8). Nas vítimas do sexo feminino, 72.5% assinalou as duas dimensões (impacto e medo) e apenas 6.3% não referiu nenhuma. As vítimas do sexo masculino relataram com mais frequência apenas uma dimensão (isto é, ou impacto ou medo - 43.4% vs. 21.2% nas mulheres). Dos homens vitimados, 11.8% não relatou nem impacto, nem medo.

Gráfico 8. Relato de impacto e/ou de medo pelas vítimas





RESPOSTAS À VITIMAÇÃO

Nesta secção apresentam-se os resultados relativos à procura de apoio, nomeadamente a ocorrência do recurso a fontes de apoio, a identificação das fontes de apoio e a avaliação da sua utilidade.

As vítimas de stalking procuraram algum tipo de ajuda?

Do total de vítimas, apenas 40.7% procuraram algum tipo de ajuda, sendo que se registou uma associação entre a procura de apoio e o sexo da vítima ($\chi^2(1)=11.419$, $p<.001$). Mais especificamente, foram sobretudo as vítimas do sexo feminino que recorreram a apoio (48.1% vs. 25%).

As vítimas de stalking procuraram apenas uma fonte de apoio ou várias?

De um modo geral, as vítimas procuraram em média 2.39 fontes de apoio (d.p.=1.50, mín. =1, máx. =8). Importa ainda referir que 34.4% recorreu a uma fonte de apoio, 27.1% a duas e 20.8% a três.

Nas vítimas do sexo feminino, a média de fontes de apoio foi de 2.36 (d.p.=1.42, mín. 1, máx. =7); nos homens, a média foi de 2.47 (d.p.=1.84, mín.1, máx. =8). Não se existem diferenças no total das fontes de apoio ativadas em função do sexo da vítima ($t(234)=-.28$, n.s.).

Quais são as fontes de apoio ativadas pelas vítimas de stalking?

As vítimas procuraram apoio principalmente junto dos amigos (66.7%), dos familiares (64.6%) e das pessoas do contexto profissional/escolar (30.2%). No sentido oposto, os serviços sociais ou de apoio à vítima apresentaram-se como a fonte de apoio menos ativada (3.1%). Importa ainda referir que 26% aos profissionais das forças de segurança e 21.9% das vítimas recorreu aos profissionais de saúde (cf. Tabela 18).

Não se verificou existirem associações entre o sexo da vítima e as fontes de apoio procuradas (familiares: $\chi^2(1)=.15$, $p=n.s.$; amigos: $\chi^2(1)=.82$, $p=n.s.$; conhecidos: $\chi^2(1)=.31$, $p=n.s.$; pessoas do contexto profissional/escolar: $\chi^2(1)=.49$, $p=n.s.$; profissionais de saúde: $\chi^2(1)=.27$, $p=n.s.$; profissionais das forças de segurança: $\chi^2(1)=.00$, $p=n.s.$; serviços sociais ou de apoio a vítimas: $\chi^2(1)=.36$, $p=n.s.$).

As vítimas procuraram entre duas a três fontes de apoio

As principais fontes de apoio ativadas foram os amigos, os familiares e as pessoas do contexto profissional/escolar

**Tabela 18.** Fontes de apoio ativadas pelas vítimas

	Total (N=96)	Mulheres (N=77)	Homens (N=19)
Amigos	66.7%	68.8%	57.9%
Familiares	64.6%	63.6%	68.4%
Pessoas do contexto profissional/escolar	30.2%	28.6%	36.8%
Profissionais das forças de segurança	26%	26%	26.3%
Profissionais de saúde	21.9%	20.8%	26.3%
Conhecidos	14.6%	15.6%	10.5%
Outros	11.%	10.4%	15.8%
Serviços sociais ou de apoio à vítima	3.1%	2.6%	5.3%

Qual é a utilidade das fontes de apoio ativadas pelas vítimas?

De um modo geral, mais de 60% das vítimas avaliaram as suas fontes de apoio como tendo sido úteis (cf. Tabela 19).

Os familiares (95.1%), as pessoas do contexto profissional/escolar (92.9%), os amigos (87.1%), os conhecidos (85.7%) e os profissionais de saúde (81%) foram as fontes de apoio avaliadas como mais úteis. Importa ainda referir que 68% das vítimas que recorreram aos profissionais das forças de segurança consideraram que foi uma fonte de apoio útil. Por outro lado, os serviços sociais ou de apoio a vítimas, pese embora o facto de terem sido referidos por um número diminuto de participantes, foram relatados como não tendo sido úteis, resultado que se manteve constante na análise entre homens e mulheres.

As fontes de apoio foram avaliadas pelas vítimas como tendo sido úteis

Qual é a utilidade das fontes de apoio em função do sexo da vítima?

Quando se compararam as avaliações acerca da utilidade em função do sexo da vítima evidenciaram-se algumas dissemelhanças (cf. Tabela 19).

Em primeiro lugar, e excluindo apenas o item “serviços sociais ou de apoio à vítima”, nas mulheres a avaliação da utilidade variou entre 75 a 95%, enquanto nos homens oscilou entre 40 e 100%.

As vítimas do sexo feminino apresentaram como mais útil o apoio prestado pelas pessoas do contexto profissional/escola (95.2%), pelos familiares (93.8%) e pelos conhecidos (91.7%), enquanto as vítimas do sexo masculino enfatizaram a utilidade dos familiares (100%), dos amigos (100%) e de outros (100%).



Tabela 19. Avaliação da utilidade das fontes de apoio

	Utilidade		
	Total	Mulheres	Homens
Familiares	95.1%	93.8%	100%
Pessoas do contexto profissional/escolar	92.9%	95.2%	85.7%
Outros	88.9%	83.3%	100%
Amigos	87.1%	84.3%	100%
Conhecidos	85.7%	91.7%	50%
Profissionais de saúde	81%	81.3%	80%
Profissionais das forças de segurança	68%	75%	40%
Serviços sociais ou de apoio à vítima	0%	0%	0%

As vítimas que procuram ajuda sentem mais ou menos medo?

Verificou-se existirem diferenças no grau de medo em função da procura ou não de apoio ($Z=-8.61$, $p<.001$). Mais especificamente, as vítimas que procuraram ajuda relataram mais medo.

Vítimas que procuraram apoio relataram mais medo

Há uma associação entre a procura de apoio e a relação existente entre a vítima e o/a stalker?

Não se verificou existir uma associação entre a procura de apoio e o tipo de relação existente entre a vítima e o/a *stalker* ($\chi^2(5)=9.15$, n.s.).

O tipo de relação entre a vítima e o *stalker* não influenciou a procura de apoio

Há uma associação entre a procura de apoio e a frequência ou a duração da experiência?

Não se verificou existir uma associação entre a procura de apoio e a frequência dos comportamentos de *stalking* ($\chi^2(3)=2.98$, $p=n.s.$), nem com a duração da experiência ($\chi^2(5)=4.26$, $p=n.s.$)

Há uma associação entre a procura de apoio e o impacto da experiência?

Quando se analisou presença ou ausência de impacto relatado pelas vítimas, verificou-se que existia uma associação com a procura de apoio ($\chi^2(1)=8.21$, $p<.01$), sendo que as vítimas que relataram algum impacto procuraram ajuda com mais frequência.

A duração e a frequência do *stalking* não influenciaram a procura de apoio



Considerando o total de áreas de impacto, existiram diferenças ao nível da procura de apoio ($t(234)=-5.40$, $p<.001$). Especificamente, concluiu-se que as vítimas que procuraram apoio relataram um maior número de áreas de impacto.

FATORES DE RISCO

A literatura internacional sugere que o sexo, o estado civil e a idade estão associados ao risco de vitimação, razão pela qual estas hipóteses foram exploradas.

Quanto ao sexo, verificou-se que estava significativamente associado com a vitimação ($\chi^2(1)=26.14$, $p<.001$), sendo que “ser mulher” surge como um fator de risco.

O estado civil está também associado com a vitimação ($\chi^2(4)=36.99$, $p<.001$), sendo que os indivíduos solteiros/as ou separados/as e divorciados/as surgem como grupos de risco.

Quanto à idade, constatou-se estar associada à vitimação por *stalking* ($\chi^2(2)=30.05$, $p<.001$) sendo os indivíduos entre os 16 e os 29 anos reportam mais vitimação.

Vítimas que sofreram mais impacto procuraram mais apoio



DISCUSSÃO

Após a apresentação dos resultados sobre a vitimação por *stalking* na população portuguesa, importa tecer algumas considerações atendendo ao contexto internacional e nacional, de modo a melhor compreender as convergências e as idiossincrasias que envolvem esta forma de vitimação.

A nível internacional, o *stalking* afigura-se um objeto científico relativamente reconhecido e alvo de atenção não só por parte da comunidade académica, também pelos atores legais e judiciais (Grangeia & Matos, 2011). Investigadores como Meloy (1999) têm enfatizado o facto de o *stalking* não representar um novo padrão comportamental – aliás, as análises históricas permitem concluir tratar-se de uma conduta ancestral - ainda que se trate de um novo crime em diversos países. Apesar do interesse científico recente, nas últimas duas décadas assistiu-se a uma proliferação de estudos sobre as várias dimensões que este fenómeno compreende. Especificamente, no que concerne aos estudos de prevalência em amostras da comunidade, existe um número já significativo de investigações, embora maioritariamente concentrado em países anglo-saxónicos (Grangeia & Matos, 2011).

O desenvolvimento da investigação originou já a realização de alguns trabalhos de revisão que permitem aceder a um retrato comparativo e global acerca vitimação por *stalking*. Assim, a presente discussão privilegiará as conclusões obtidas por Spitzberg e Cupach (2007) decorrentes de um estudo meta-analítico que sintetizou os resultados provenientes de 175 amostras distintas, opção que se justifica pelas vantagens associadas à metodologia utilizada. Apesar disso, uma vez que os autores analisaram populações heterogéneas (e.g., população clínica/forense, estudantes universitários, amostras da comunidade), por vezes serão referenciadas outras revisões sistemáticas de índole qualitativa ou outras investigações metodologicamente semelhantes ao estudo realizado com a população portuguesa.

A prevalência de vitimação por *stalking* na amostra total (19.5%) é muito semelhante ao resultado da meta-análise referente às amostras da comunidade (18%). Os valores da prevalência encontrados na população portuguesa, nomeadamente 25% nas mulheres e 13.3% nos homens, coadunam-se também com os números internacionais, em que a prevalência oscila entre os 8 e os 32% para as vítimas femininas e os 2 e os 13% para as vítimas masculinas. Embora estes dados se enquadrem nos intervalos expectáveis, é evidente a tendência de aproximação dos resultados encontrados em Portugal aos limites superiores, o que poderá ser explicado pelo recurso a um critério lato para a definição de *stalking*, baseado na autodefinição. Quando se analisa a prevalência da vitimação mediante a adoção de critérios como a repetição, o efeito do medo e a persistência os valores decrescem significativamente, aproximando-se dos valores inferiores obtidos nos estudos internacionais. Esta oscilação em função dos critérios de vitimação adotados reflete uma dificuldade sobejamente apontada na literatura (e.g., Dressing, Kuehner, & Gass, 2006).

O carácter *genderizado* do *stalking* apresenta-se como um aspeto central nas investigações internacionais e os resultados do presente estudo não são exceção. De facto, tendencialmente as mulheres são mais vítimas de *stalking*, enquanto os homens assumem com maior frequência o papel de *stalker* (Sheridan, Blauw & Davies, 2003). Estas características estão bem evidenciadas no caso português, em que as vítimas do sexo feminino representam 67.8% do total de vítimas e 68% dos *stalkers* são



do sexo masculino.

Todavia, um dos resultados discrepantes face ao panorama internacional prende-se com a análise combinada do sexo da vítima e do sexo do *stalker*. Assim, se nas mulheres se reproduz a tendência internacional (isto é, são vítimas principalmente de *stalkers* masculinos), nos homens observou-se o padrão inverso, ou seja, são vítimas sobretudo de *stalkers* femininas. Importa referir que os estudos internacionais indicam que, no caso das vítimas masculinas, a distribuição do/a *stalker* no que respeita ao sexo é mais equilibrada. Este dado poderá advir de especificidades socioculturais, sugerindo que na população portuguesa o *stalking* se assume como uma forma de violência interpessoal e relacional, pautada pelo pendor heterossexual. O facto da população vitimada ser sobretudo jovem pode também explicar o padrão heterossexual encontrado.

Na população portuguesa, o fator idade desempenha um papel diferenciador ao nível da vitimação, sendo que os jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 29 anos relataram com mais frequência ter sido vítimas de *stalking* ao longo da sua vida. A literatura internacional evidencia consistentemente esta tendência, enfatizando o facto dos jovens se constituírem como um grupo de risco neste tipo de violência (Sheridan et al., 2003). Este resultado poderá ser explicado pelo facto do *stalking* parece estar intimamente relacionado com o cortejamento (Grangeia, a decorrer). Neste sentido, a maior vulnerabilidade deste grupo etário poderá estar relacionada com a exposição a um maior número de potenciais parceiros amorosos, aumentando a probabilidade de algumas relações envolverem assédio persistente. Por outro lado, efeitos de memória poderão contribuir para um relato mais frequente por parte dos jovens e uma maior ocorrência de falso-negativos nos indivíduos com mais idade.

No que concerne ao tipo de relação existente entre a vítima e o/a *stalker* destaca-se o facto de em mais de 70% dos casos o/a *stalker* ser alguém conhecido da vítima, representando os/as parceiros/as íntimos/as (atuais ou ex's) uma percentagem muito significativa (31.6%). Além disso, os/as *stalkers* "desconhecidos/as" foram relatados por cerca de 25% dos participantes. Estes dados corroboram as conclusões dos estudos internacionais (Spitzberg & Cupach, 2007) e reforçam a natureza relacional do fenómeno.

No presente estudo, os comportamentos de *stalking* mais frequentes foram as tentativas de contacto indesejadas, o aparecimento em locais habitualmente frequentados pela vítima e a perseguição, atos que se enquadram nos seguintes *clusters* propostos por Spitzberg e Cupach (2007): contactos mediados, contactos de interação pessoal e vigilância, respetivamente. De um modo geral, estes comportamentos parecem tipificar os cenários mais habituais de *stalking* (Sheridan et al., 2003). Porém, é necessário ponderar o carácter coberto de determinadas ações, por exemplo, ser filmado ou tirar fotografias sem autorização, o que se pode repercutir num menor relato pelas vítimas, não significando necessariamente menor ocorrência.

O recurso a ameaças e à agressão por parte do/a *stalker*, assinalando uma trajetória de escalada na severidade da conduta, está também retratado na literatura internacional e nos dados nacionais. Em relação às ameaças dirigidas à vítima, a terceiros próximos ou referentes ao/à próprio/a *stalker* é



notória a semelhança entre os resultados nacionais e os de Spitzberg e Cupach (2007), respetivamente: 43.2% e 40%. No estudo português, a ocorrência de agressões físicas e/ou sexuais assume proporções alarmantes, tendo sido relatada por cerca de 7.2% das vítimas de *stalking*, embora no contexto internacional esta prevalência esteja igualmente bem documentada nalguns trabalhos (e.g., Baum, Catalano, Rand, & Rose, 2009). Um resultado curioso e discordante face às tendências internacionais (Sheridan et al., 2003) prende-se com a ausência dos/as parceiros/as íntimos (atuais ou ex's) enquanto principais perpetradores de agressões. De facto, no presente estudo a conduta agressiva não depende da relação existente entre a vítima e o/a *stalker*, o que uma vez mais poderá ser reflexo de idiosincrasias socio-culturais. Por outro lado, a duração da experiência de *stalking* parece estar associada às agressões, que tendem a ocorrer em situações mais prolongadas.

O *stalking* implica a presença de um padrão de comportamentos. Os dados nacionais legitimam esta perspetiva, uma vez que as vítimas relataram ter experienciado cerca de quatro comportamentos diferentes de *stalking*, o que reflete a diversidade de estratégias encetadas pelo/a *stalker* (Sheridan et al., 2003).

As investigações internacionais indicam que o/a *stalker* tende a manifestar-se de forma reiterada (e.g., Baum et al., 2009), tal como o presente estudo também evidencia: neste caso, mais de 80% das vítimas referiu que os comportamentos ocorriam numa frequência diária ou semanal. Ora, esta condição significa que o/a *stalker* é onnipresente no quotidiano da vítima e, por isso, é expectável antecipar que a experiência se torne disruptiva, mesmo que não envolva necessariamente um elevado grau de ameaça explícita ou medo. Acresce a isto um outro resultado interessante: quando o *stalking* é perpetrado por pessoas conhecidas os comportamentos tendem a ser mais frequentes. A este dado provavelmente não será alheio o facto de nesse contexto relacional ser expectável existir um maior conhecimento parte do/a *stalker* acerca da vítima e das suas rotinas, sendo mais fácil embrenhar-se na vida desta. Pelo contrário, quando o/a *stalker* é desconhecido/a é provável que sejam necessários esforços adicionais para dominar todas as informações e detalhes acerca da vítima, o que se poderá repercutir na menor frequência de comportamentos.

Outro aspeto congruente com os resultados internacionais prende-se com o carácter prolongado da experiência, razão pela qual alguns autores sugerem que este deve ser encarado como um stressor crónico (Sheridan et al., 2003). De facto, cerca de 54% das vítimas referiu que o *stalking* perdurou entre um a seis meses e em 15.3% dos casos a vitimação prolongou-se por mais de dois anos. Estes dados enfatizam a índole persistente deste tipo de vitimação. Porém, para além da duração da experiência, é necessário atentar a duas variáveis significativamente associadas com aquela. Os resultados indicam que a duração do *stalking* é superior nas relações de maior intimidade. Acresce ainda o facto das agressões à vítima ou a terceiros ocorrerem sobretudo em casos de vitimação por *stalking* superiores a dois anos.

De acordo com os estudos internacionais, a vitimação por *stalking* acarreta várias repercussões negativas não só para a vítima, como também para a sua rede social e, inclusivamente, disseminando-se a nível social (Spitzberg & Cupach, 2007). Em Portugal, genericamente, o cenário não é diferente.



Apenas 13% das vítimas relatou que a experiência de *stalking* não acarretou qualquer impacto para a sua vida. Não obstante, as áreas de impacto reportadas pelas vítimas portuguesas apresentaram algumas peculiaridades. Em primeiro lugar, note-se que as áreas de impacto assinaladas com maior frequência foram a saúde psicológica e os estilos de vida, o que se assemelha ao panorama internacional. Importa referir que se tratam de áreas de impacto de primeira ordem, isto é, que afetam diretamente a vítima.

As dissemelhanças mais significativas ocorrem ao nível do desempenho profissional/académico e da economia/finanças, tendo sido avaliados como sofrendo pouco impacto, contrariamente aos resultados de outros estudos (Spitzberg & Cupach, 2007).

O medo associado à vitimação por *stalking* está bem documentado nos estudos internacionais, sendo muitas vezes utilizado como critério de diferenciação entre vítimas e não vítimas. Apesar disso, no presente estudo partiu-se do pressuposto que o comportamento do/a *stalker* teria o potencial de causar medo, ao invés de encarar o medo como condição intrínseca à experiência. Tendo em consideração esta opção, importa referir que 68% dos participantes referiu ter ficado “um pouco” ou “muito” assustado, dado que sugere que o efeito de medo é muito frequente face a esta forma de vitimação.

Ainda a este respeito, é notória a influência da variável sexo quer da vítima, quer do/a *stalker*. Neste sentido, as vítimas do sexo feminino relataram mais medo do que as do sexo masculino. Além disso, quando o *stalker* era masculino gerava mais medo, em comparação com a *stalker* feminina. Estes resultados enfatizam uma vez mais o carácter *genderizado* deste tipo de violência, inclusive ao nível das reações, refletindo padrões socioculturais tradicionais.

A procura de apoio pelas vítimas de *stalking* é uma prática frequente no contexto internacional; por exemplo, segundo as conclusões de Purcell, Pathé e Mullen (2002), que investigaram a população australiana, 69% das vítimas procuraram algum tipo de apoio. Porém, tal como verificado nos Inquéritos de Violência de Género apresentados anteriormente, em Portugal a maioria das vítimas (c. 60%) não recorre a qualquer tipo de apoio, o que poderá ser indicativo da ausência de reconhecimento da vitimação por *stalking* quer a nível individual, quer a nível social, repercutindo-se numa desvalorização da experiência e funcionando, assim, como mecanismo inibidor da procura de apoio. Neste sentido, é interessante verificar que são sobretudo as vítimas do sexo feminino que recorrem ao apoio de terceiros. Este resultado pode ser explicado por duas razões: por um lado, o grau de medo gerado pela experiência poderá ser mais informativo do seu estatuto de vítima; por outro lado, uma vez que as vítimas femininas relatam sentir mais medo porventura sentirão mais necessidade de procurar algum tipo de apoio externo. Por outro lado, os discursos sociais e de género também poderão condicionar as vítimas do sexo masculino a recorrer ao apoio de terceiros. Curiosamente, no estudo de Manuel Lisboa, Zélia Barroso, Joana Patrício e Alexandra Leandro (2009), face à situação, as vítimas do sexo feminino relataram ter adotado com mais frequência uma postura passiva (i.e. “não fazer nada”) enquanto as vítimas masculinas referiram sobretudo ter reagido com recurso à violência.

Importa ainda referir que nesse mesmo trabalho a procura de fontes de apoio formal (e.g., forças de segurança) antecedia a ativação do apoio informal. Porém, no presente estudo as vítimas por-



tuguesas tendiam a recorrer a apoio informal (isto é, sobretudo amigos e familiares) em detrimento de fontes formais; o que poderá ser explicado pelo carácter menos estigmatizante associado às primeiras. Se que no panorama internacional os resultados sobre esta questão não são consensuais, em Portugal, considerando a atual ausência de enquadramento jurídico-legal e de respostas formais face a este fenómeno, facilmente se compreenderá a reduzida procura de fontes de apoio formais; outra hipótese explicativa prende-se com a desvalorização, por parte das próprias vítimas, da gravidade da vitimação por *stalking*; apesar de plausíveis, serão necessários mais estudos para esclarecer os motivos subjacentes à não ativação das fontes de apoio formal. Apesar disso, importa referir que genericamente as vítimas que ativaram algum tipo de apoio formal se revelaram satisfeitas face ao mesmo.

Perante este cenário pode concluir-se que, genericamente, a experiência de vitimação por *stalking* em Portugal reflete as tendências internacionais, nomeadamente o enquadramento na violência relacional, de carácter crónico e *genderizado*, representando um padrão de conduta distinto de outras formas de vitimação. Além disso, tal como acontece noutros países, ser vítima de *stalking* é uma experiência comum e embora as vítimas se caracterizem como um grupo heterogéneo, os jovens e as mulheres constituem-se como grupos de risco. A experiência tem um impacto significativo nas vítimas, sendo geradora de medo na maioria dos casos.

Apesar das semelhanças com o contexto internacional, o caso português, apresenta algumas especificidades, como por exemplo a reduzida procura da rede de apoio formal. Esta atitude decorre porventura de aspetos socioculturais e legais, que deverão ser alvo de reflexão aquando da ponderação das respostas adequadas face a esta problemática.



3. CONCLUSÃO

Em Portugal, a trajetória de desocultação do *stalking* tem sido distinta daquela que ocorreu noutros países em que o fenómeno já é reconhecido. Se no contexto internacional, de um modo geral, a perspetiva legal se antecipou à ciência (Spitzberg & Cupach, 2007), o caso português não reflecte esse desenvolvimento. Pelo contrário, os primeiros esforços encetados têm sido de índole meramente científica e assumem como principal objetivo fomentar a visibilidade e o reconhecimento deste tipo de violência interpessoal não só a nível social, mas também a nível jurídico.

A presente investigação, de carácter marcadamente exploratório, permitiu captar a vitimação por *stalking* na população portuguesa. Entre outros dados a reter, dois resultados parecem-nos particularmente relevantes. Por um lado, a prevalência associada a esta forma de vitimação - um em cada cinco portugueses entrevistados autodefiniu-se como tendo sido vítima de *stalking* em algum momento da sua vida - sugere tratar-se de uma experiência frequente entre cidadãos comuns e não restrita a casos pontuais ou apenas a celebridades, como tantas vezes é preconizado. Por outro lado, o estudo concluiu também que as vítimas de *stalking* tendem a relatar algum impacto decorrente da sua experiência, o que significa que ser vítima de *stalking* poderá ser um fator desestabilizante e/ou perturbador, não só para o alvo principal da conduta do stalker, mas também para terceiros envolvidos. Face a este cenário, é premente mobilizar respostas e implementar medidas multidisciplinares, direccionadas a esta forma específica de vitimação, de modo a inibir as condutas de *stalking* e a minimizar o dano provocado às vítimas.

Tal como aconteceu noutros países, delimitar a definição de *stalking* será certamente um desafio complexo, embora solucionável. Aliás, nalguns países as conceptualizações científicas de *stalking* nem sempre coincidem com os critérios legais requeridos para a criminalização e ambas as perspetivas coexistem paralelamente. Deste modo, rebate-se o argumento da dificuldade da definição enquanto mecanismo de procrastinação da reflexão e da ação no que concerne ao *stalking*.

Não obstante algumas limitações associadas a este Inquérito (por exemplo decorrentes do recurso à entrevista cara-a-cara), os resultados obtidos permitem aceder a uma primeira radiografia quantitativa da vitimação por *stalking* na população portuguesa. Contudo, muitas questões estão ainda por esclarecer e, por isso, é decisivo continuar a investigar este fenómeno, privilegiando as articulações metodológicas e multidisciplinares.



REFERÊNCIAS

- Abreu, M.M.C.T. (2009). *Stalking: Percepções dos profissionais da Guarda Nacional Republicana* (Tese de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Almeida, L.S., & Freire, T. (2003). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação*, 3ª edição. Braga: Psiquilíbrios.
- Baum, K., Catalano, S. Rand, M., & Rose, K. (2009). *Stalking victimization in the United States*. Washington D.C.: US Department of Justice. Office of Justice Programmes. Bureau of Statistics.
- Borges, H.A.C.P. (2010). *Stalking: Percepções de “razoabilidade” junto de vítimas e não vítimas no contexto de relações de intimidade* (Tese de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Budd., T., & Mattinson, J. (2000). *The extent and nature of stalking: Findings from the 1998 British Crime Survey*. London: Home Office.
- Carvalho, C. (2011). *Ciberstalking: Prevalência na população universitária da Universidade do Minho* (Tese de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Coelho, C., & Gonçalves, R. A., (2007). *Stalking: Uma nova dimensão da violência conjugal*. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 17 (2), 269-302.
- Costa, S. (2011). *Stalking: Prevalência junto dos profissionais de saúde mental* (Tese de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Cupach, W.R., & Spitzberg, B.H. (2004). *The dark side of relationship pursuit: From attraction to obsession and stalking*. New Jersey & London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Dressing, H., Kuehner, C., & Gass, P. (2006). The epidemiology and characteristics of *stalking*. *Current Opinion Psychiatry*, 19, 395-399.
- Ferreira, C. (A decorrer). *Stalking: Vitimação após a relação íntima* (Tese de doutoramento em curso). Universidade do Minho, Braga.
- Galeo, S., & Tracy, M. (2007). Participation rates in epidemiologic studies. *Annals of Epidemiology*, 17, 643-653.
- Gomes, T.R.S. (2010). *Stalking: O efeito da severidade da conduta e do tipo de relação nas percepções de razoabilidade dos profissionais de apoio à vítima* (Tese de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Grangeia, H. (A decorrer). *Stalking nas relações juvenis* (Tese de doutoramento em curso). Universidade do Minho, Braga.



- Grangeia, H., & Matos, M. (2010). *Stalking: Consensos e controvérsias*. In C. Machado (Coord.). *Novos olhares sobre a vitimação criminal: Teorias, impacto e intervenção* (pp.121-166). Braga: Psiquilíbrios.
- Grangeia, H., & Matos, M. (2011). Da invisibilidade ao reconhecimento do *stalking*. In A.I. Sani (Coord.). *Temas em vitimologia: Realidades emergentes na vitimação e respostas sociais* (pp.61-84). Coimbra: Almedina.
- Grangeia, H., Ferreira, C., Matos, M., & Gonçalves, R.A. (2008). *Recognition and criminalization of stalking: Practical implications*. Poster apresentado na 18ª Conference of the European Association of Psychology and Law, Maastricht, Holanda.
- Hill, A., Roberts, J., Ewings, P., & Gunnell, D. (1997). Non-response bias in a lifestyle survey. *Journal of Public Health Medicine*, 19 (2), 203-207.
- Kamir, O. (2001). *Every breath you take: Stalking narratives and the law*. The Ann Arbor, MI: University of Michingan Press.
- Krejcie, R.V., & Morgan, D. (1970). Determining sample size for research. *Educational and Psychological Measurement*, 30, 607-610.
- Lima, A.L.C. (2010). *Razoabilidade das percepções de stalking: O efeito da severidade da conduta e do tipo de relação entre alvo-perpetrador nas percepções dos profissionais de saúde* (Tese de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género. Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Lisboa, M., Carmo, I., Vicente, L.B., & Nóvoa, A. (2003). *Custos sociais e económicos da violência contra as mulheres. Síntese dos resultados do inquérito nacional de 2002*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Lisboa, M., Miguens, F., Cerejo, D. & Favita, A. (2009). *Inquérito Violência de Género. Região Autónoma dos Açores*. Relatório Final. Volume I. Região Autónoma dos Açores, SociNova/CesNova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência contra as Mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Lowney, K. S., & Best, J. (1995). Stalking strangers and lovers: changing media typifications of a new crime problem. In J. Best (Ed.), *Images of issues: Typifying contemporary social problems* (pp. 33–57). New York: Aldine de Gruyter.
- Meloy, J. R. (1999). *Stalking: An old behavior, a new crime*. *Forensic Psychiatry*, 22, 85-99.



- Modena Group on *Stalking* (2007). *Protecting women from the new crime of stalking: a comparison of legislative approaches within the European Union (Final Report)*. Consultado em: <http://stalking.medlegmo.unimo.it>.
- Mota, D.A.M.T. (2010). *Stalking: Prevalência na população homosexual* (Tese de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Purcell, R., Pathé, M., & Mullen, P.E. (2002). The prevalence and nature of *stalking* in the Australian community. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 36, 114–120.
- Rodrigues, L.M.M. (2009). *Stalking: Das percepções às práticas dos profissionais de ajuda* (Tese de mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Sheridan, L.P., Blaauw, E., & Davis, G.M. (2003). *Stalking: Knows and unknowns*. *Trauma, Violence, & Abuse*, 4, 148-162.
- Spitzberg, B. H.(2002). The tactical topography of stalking victimization and management. *Trauma, Violence & Abuse*, 3, 261-288.
- Spitzberg, B.H., & Cupach, W.R. (2007). The state of the art of *stalking*: Taking stock of the emerging literature. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 64-86.
- Tjaden, P., & Thoennes, N. (1998). *Stalking in America: Findings from National Violence against Women Survey*. Washington, DC: National Institute of Justice and Center of Disease Control and Prevention.



Anexo: IVS

Inventário de Vitimação por *Stalking*

M. Matos, H. Grangeia, C. Ferreira & V. Azevedo, 2009

Escola de Psicologia, Universidade do Minho

INSTRUÇÕES

Este estudo está a ser desenvolvido em todo o país por uma equipa de investigadores da Escola de Psicologia da Universidade do Minho. Os participantes terão de residir num dos seguintes concelhos: *conforme a NUT*. A sua participação é totalmente voluntária, podendo desistir a qualquer momento. Nenhuma pergunta é de carácter obrigatório. Os dados são anónimos e confidenciais e apenas serão utilizados no âmbito desta investigação. O questionário ser-lhe-á lido pelo entrevistador e o preenchimento tem uma duração média de 10 minutos. Desde já agradecemos a sua atenção!

PARTE I

IDADE: _____

SEXO:

☐ Feminino

☐ Masculino

ESTADO CIVIL ATUAL:

☐ Solteiro(a)

☐ Casado(o)

☐ União de facto

☐ Divorciado(a)/Separado(a)

☐ Viúvo(a)

NACIONALIDADE: _____

ANOS DE ESCOLARIDADE: _____

PROFISSÃO: _____

REGIÃO DO PAÍS EM QUE SE ENCONTRA:

☐ Minho-Lima

☐ Dão-Lafões

☐ Grande Lisboa

☐ Baixo Alentejo

☐ Médio Tejo

☐ Baixo Mondego

☐ Cávado

☐ Douro

☐ Pinhal Litoral

☐ Beira Int.Norte

☐ Al. Trás-os-Montes

☐ Alentejo Central

☐ Ave

☐ Pinhal Int. Sul

☐ Alto Alentejo

☐ Beira Int.Sul

☐ E. Douro e Vouga

☐ Pen. de Setúbal

☐ Grande Porto

☐ Algarve

☐ R.A.Madeira

☐ Cova da Beira

☐ Pinhal Int.Norte

☐ Alentejo Litoral

☐ Tâmega

☐ Baixo Vouga

☐ R.A.Açores

☐ Oeste

☐ Serra da Estrela

☐ Lezíria do Tejo

LOCAL ONDE HABITA:

☐ Zona rural

☐ Zona urbana



PARTE II

Neste questionário estamos interessadas em compreender o assédio persistente, que consiste na experiência de alguém que é alvo, por parte de outra pessoa, de um interesse e uma atenção continuados, mas indesejados.

1. AO LONGO DA SUA VIDA ALGUMA VEZ **FOI ALVO** DESTE TIPO DE INTERESSE? (assinale UMA opção)

- ☐ Sim (*então continue a responder ao questionário*)
- ☐ Não (*o preenchimento do questionário termina aqui. Agradecemos a sua colaboração!*)

PARTE III

1. FOI ALVO DESSE TIPO DE INTERESSE **POR MAIS DO QUE UMA PESSOA**? (assinale UMA opção)

- ☐ Não, apenas por uma pessoa
- ☐ Sim **Se sim**, por quantas pessoas? ____

Por favor, responda às questões seguintes tendo apenas em conta a pessoa que protagonizou a experiência que considera mais intensa

2. QUAL O **SEXO** DESSA PESSOA? (assinale UMA opção)

- ☐ Homem ☐ Mulher ☐ Não sei

3. ESSA PESSOA É: (assinale UMA opção)

- ☐ a) Alguém com quem tem atualmente uma relação de intimidade (ex. parceiro/a, marido/mulher)
- ☐ b) Alguém com quem teve uma relação de intimidade que já terminou (ex. ex-parceiro/a, ex-marido/mulher)
- ☐ c) Um/a conhecido/a, colega, amigo/a, vizinho/a ou familiar
- ☐ d) Alguém que conheceu através da Internet
- ☐ e) Um/a desconhecido/a
- ☐ f) OUTRO _____

ATENÇÃO:

- ⇒ Caso tenha selecionado a opção “c”, “d”, “e” ou “f” avance para a questão 5.
- ⇒ Se selecionou a opção “a” ou “b”, por favor responda à questão 4.



4. RELATIVAMENTE À RELAÇÃO QUE MANTINHA COM ESSA PESSOA, **EM QUE MOMENTO(S)** FOI ALVO DESSE INTERESSE?

(pode assinalar MAIS QUE UMA opção)

- ☐ Antes de iniciar a relação amorosa ☐ Durante a relação amorosa ☐ Depois de terminada a relação amorosa

5. ATUALMENTE, **CONTINUA** A SER ALVO DESSE TIPO DE INTERESSE POR PARTE DESSA PESSOA? (assinale UMA opção)

- ☐ Não **Se não**, essa experiência ocorreu: ☐ Durante o último ano ☐ Há mais de um ano
☐ Sim

6. DE SEGUIDA É APRESENTADA UMA **LISTA DE COMPORTAMENTOS** QUE OCORREM COM FREQUÊNCIA NAS EXPERIÊNCIAS DE ASSÉDIO PERSISTENTE. POR FAVOR, ASSINALE DE QUE FORMA ESSA PESSOA DEMONSTROU INTERESSE POR SI (assinale TODOS os comportamentos de que foi alvo).

- ☐ Perseguiu-me (ex. a pé, de carro, de mota)
☐ Tentou entrar em contacto comigo, enviando cartas, bilhetes, e-mails ou telefonando sem que lhe fosse pedido
☐ Ameaçou-me e/ou ameaçou pessoas próximas
☐ Filmou-me ou tirou-me fotografias sem autorização
☐ Vasculhou, roubou ou apoderou-se de objetos pessoais (ex. correio, lixo, cacifo)
☐ Invadiu a minha propriedade ou forçou a entrada na minha casa
☐ Apareceu em locais que costumo frequentar (ex. café, supermercado)
☐ Ameaçou fazer mal a si próprio(a) (ex. suicidar-se)
☐ Vigiou-me ou pediu a alguém para me vigiar
☐ Agrediu-me. De que forma? _____
☐ Agrediu ou prejudicou pessoas próximas
☐ Outros comportamentos de que fui alvo: _____

7. NA FASE MAIS INTENSA, COM QUE **FREQUÊNCIA** FOI ALVO DESSES COMPORTAMENTOS? (assinale UMA opção)

- ☐ Diariamente ☐ Semanalmente ☐ Mensalmente ☐ Menos de uma vez por mês

8. Durante **QUANTO TEMPO** FOI ALVO DESSE INTERESSE? (assinale UMA ÚNICA opção)

- ☐ Menos de 2 semanas ☐ De 2 semanas a 1 mês (inclusivé) ☐ de 1 a 6 meses (inclusivé)
☐ de 6 a 12 meses (inclusivé) ☐ de 1 a 2 anos (inclusivé) ☐ mais de 2 anos



PARTE IV

1. POR VEZES, AS EXPERIÊNCIAS DE ASSÉDIO PERSISTENTE AFETAM A VIDA DAS PESSOAS

(para cada área selecione apenas uma das opções apresentadas).

EM QUE MEDIDA É QUE O ASSÉDIO PERSISTENTE **INTERFERIU** AO NÍVEL...

	Não afetou	Quase nada	Um pouco	Muito	Muitíssimo
Área 1. Desempenho profissional/académico (ex. absentismo, menor produtividade)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
Área 2. Saúde física (ex. dores de cabeça ou musculares)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
Área 3. Saúde psicológica (ex. mal-estar, humor deprimido)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
Área 4. Relações com os outros em geral (ex. isolar-se, evitar)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
Área 5. Relações de intimidade (ex. conflitos, desconfiança)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
Área 6. Económico/financeiro (ex. perda do emprego)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
Área 7. Estilo de vida/comportamento (ex. mudança das rotinas)	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)
Outros. Especifique quais: _____	(0)	(1)	(2)	(3)	(4)

2. **COMO SE SENTIU** RELATIVAMENTE A ESSA EXPERIÊNCIA? (assinale UMA opção)
☐ Nada assustado/a ☐ Um pouco assustado/a ☐ Muito assustado/a

PARTE V

1. DURANTE O ASSÉDIO PERSISTENTE, **PROCUROU ALGUM TIPO DE AJUDA** PARA RESOLVER A SITUAÇÃO?

- ☐ Não (o preenchimento do questionário termina aqui. Agradecemos a sua colaboração!)
- ☐ Sim (por favor, responda à questão seguinte)



2. JUNTO DE QUEM PROCUROU ESSA AJUDA (pode seleccionar MAIS DO QUE UMA opção). DE SEGUIDA, **AVALIE A SUA UTILIDADE.**

- ☐ Familiares
- ☐ Amigos
- ☐ Conhecidos
- ☐ Pessoas do contexto profissional/escolar (ex. patrão, colegas de trabalho, professores)
- ☐ Profissionais de saúde (ex. médicos, psicólogos)
- ☐ Profissionais das forças de segurança (ex. polícias)
- ☐ Serviços sociais ou de apoio a vítimas
- ☐ Outros Especifique quais: _____

FOI ÚTIL?	
Sim	Não

Agradecemos a sua colaboração!



Universidade do Minho
Escola de Psicologia
Grupo de Investigação sobre Stalking em Portugal

SITE

<http://www.stalking-gisp.com/>

CONTACTO

projecto.stalking@psi.uminho.pt